



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

TATIANA GONÇALVES

**A REORGANIZAÇÃO SINDICAL NO GOVERNO LULA:
um estudo sobre a Conlutas e a Intersindical**

CAMPINAS
2014



TATIANA GONÇALVES

**A REORGANIZAÇÃO SINDICAL NO GOVERNO LULA:
um estudo sobre a Conlutas e a Intersindical**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Ciência Política
do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas sob a orientação do
Profa. Dra. Andréia Galvão.

Este exemplar corresponde
à versão final da dissertação
defendida pela aluna
Tatiana Gonçalves e
orientada pela Profa. Dra.
Andréia Galvão e aprovada
no dia 31/03/14.

Março/2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

G586u Gonçalves, Tatiana, 1984-
A reorganização sindical no governo Lula : um estudo sobre a Conlutas e a Intersindical / Tatiana Gonçalves. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Andréia Galvão.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Central Única dos Trabalhadores (Brasil). 2. Sindicalismo. 3. Brasil - Política e governo, 2003-2010. I. Galvão, Andréia, 1971-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The union reorganization in the Lula government : a study of Conlutas and Intersindical

Palavras-chave em inglês:

Only central office of the Workers (Brazil)

Unionism

Brazil - Politics and government, 2003-2010

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Mestra em Ciência Política

Banca examinadora:

Andréia Galvão [Orientador]

Paula Regina Pereira Marcelino

José Dari Krein

Data de defesa: 31-03-2014

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 31 de março de 2014, considerou a candidata TATIANA GONÇALVES aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profª. Dra. Andréia Galvão

Profª. Dra. Paula Regina Pereira Marcelino

Profª. Dra. José Dari Krein

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo a análise do processo de conformação da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e da Intersindical, duas agremiações que surgem no marco da reorganização sindical verificada no interior da Central Única dos Trabalhadores (CUT) a partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, em 2003. As divergências entre as diversas correntes que compunham a CUT vinham ocorrendo desde as transformações programáticas que se desenharam nos congressos desta central em resposta ao advento do neoliberalismo no Brasil a partir da década de 1990. No entanto, é somente a partir de 2003 que se caracteriza uma inflexão mais profunda no interior da CUT, dado que esta central, que sempre se localizou enquanto oposição ao governo federal, passa a se tornar um importante ponto de apoio do governo Lula, gerando um impasse interno fundamentalmente a respeito das propostas de reformas apresentadas pelo PT ao Congresso Nacional, como as Reformas da Previdência, Trabalhista e Sindical. Estas dissonâncias levam a um processo comum de discussão sobre novas alternativas sindicais, no qual se insere o surgimento da Conlutas e da Intersindical. Nesse sentido, buscamos compreender as proximidades e diferenças na conformação destas duas agremiações e o porquê destas terem resultado em duas alternativas distintas, dado que ambas são oriundas de um mesmo processo político a respeito dos rumos da CUT nesse novo cenário nacional.

ABSTRACT

The current research aims to analyze the merging process of Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) and Intersindical, two organizations that arise in a moment of union reorganization, which occurs inside the Central Única dos Trabalhadores (CUT) since the presidential election of the head of the Partido dos Trabalhadores (PT), Lula, in 2003. From the programmatic transformations that were developed in the CUT's Congress as a response to the advent of neoliberalism in Brazil since 1990, a wide divergence of groups that compose CUT were clearly noticed. However, it was only after 2003 that a remarkable change inside CUT could be seen. While this organization had always been an opponent to the federal government, it then became one of the most important supportive groups of President Lula. Consequently, it reached an impasse inside CUT, ultimately, regarding PT's proposals for new reforms such as Pension, Labor and Union Reforms. These dissonances bring up a common discussion about new union alternatives, in which the upcoming of Conlutas and Intersindical is inserted. Taking this into consideration, we aim to comprehend the similarities and differences in the merging process of these two union organizations and understand the reason why they have ended up into two distinct alternatives, since both are originated from the same political process concerning CUT's future in today's national scenario.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1. A TRAJETÓRIA E OS DILEMAS DA CUT.....	21
1.1 A emergência do novo sindicalismo e a fundação da CUT	21
1.2 Anos 1990: as transformações na concepção e prática da CUT	26
1.3 Do novo sindicalismo ao sindicalismo propositivo	29
2. O SURGIMENTO DA CONLUTAS E DA INTERSINDICAL.....	37
2.1 As críticas da esquerda ao governo petista	37
2.1.1 A formação de um novo partido.....	38
2.1.2 As reformas neoliberais de Lula	41
2.2 Os processos de ruptura no interior da CUT.....	43
2.2.1 Conlutas: uma ruptura precoce?.....	44
2.2.2 Intersindical: os impasses de uma organização.....	49
2.3 Proximidades na composição da Conlutas e da Intersindical.....	54
3. OS OBSTÁCULOS À UNIDADE	56
3.1 Uma tentativa de unificação fadada ao fracasso?	57
3.2 A importância dos partidos na definição das concepções e estratégias sindicais	60
3.2.1 Análise do governo Lula	60
3.2.2 PSTU: as críticas aos governos de frente popular.....	65
3.2.3 As críticas do PSOL à financeirização da burocracia sindical.....	67
3.3 Organização sindical: composição e direção	68
3.4 Democracia Operária	77
3.5 Transformação social: as divergências estratégicas	79
3.5.1 PSTU: Outubro e fevereiro triunfantes	80
3.5.2 As movimentações dentro do PSOL	83
3.5.3 O projeto democrático popular como estratégia do setor majoritário do PSOL... ..	85
4. CONCLUSÃO	91

AGRADECIMENTOS

Com o término desta dissertação, gostaria de agradecer, primeiramente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da minha pesquisa de mestrado, sem o qual esta dissertação não teria se tornado possível.

Agradeço também à minha orientadora, Andréia Galvão, pelos quase oito anos de orientação e por sua enorme paciência e dedicação comigo ao longo desses anos.

Agradeço ao grupo “Política e Classes Sociais no Capitalismo Neoliberal”, por todas as discussões que me foram de grande valia e também ao grupo de pesquisa “As Bases Sociais das Centrais Sindicais no Brasil Contemporâneo”, pela rica experiência de pesquisa que me proporcionou. Agradeço especialmente à Paula Marcelino, Armando Boito Júnior e Patrícia Trópia.

À Zé Maria, Camila Lisboa, Índio, Lujan Miranda e Carolina Figueiredo pelas entrevistas e pela disposição em ajudar.

Aos meus colegas do mestrado Larissa Meneses, Patrícia Rocha, João Campinho e Carolina Figueiredo.

A todos os que participaram e participam do movimento estudantil da Unicamp, inclusive àqueles de quem eu discordei.

Agradeço aos meus pais, Izabel e Nelson, aos meus irmãos, Joana e João, à minha avó Teresa e também ao meu padrasto Bill e minha madrasta Cleide. Amo vocês.

Aos meus queridos amigos: Paula Berbert, Nara Roberta, Gisele Miotto, Ana Moraes, André Keller, André Santos, Samuel Leal, Didi Helene, Renata Hesmman Dalaqua, Gleiton Bonfante, Giovana Moraes Suzin, Pedro Leitão Angeli, Maria Angélica Rodrigues, Natália Helou, Débora Duarte An, Rui Augusto e Fernanda Antonioli. Agradeço também ao Ricardo Festi, por todo o apoio.

Agradeço, por fim, ao Heber Rebouças, meu companheiro, pelo amor e estímulo que me dá diariamente e por tornar a vida muito mais leve ao seu lado.

*Eu não estou interessado
Em nenhuma teoria
Nem nessas coisas do oriente
Romances astrais
A minha alucinação
É suportar o dia-a-dia
E meu delírio
É a experiência
Com coisas reais
(Belchior, 1976)*

Lista de abreviaturas e siglas

AE: Articulação de Esquerda do PT

AI5: Ato Institucional nº 5

ANAMPOS: Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais

APS: Ação Popular Socialista

ASS: Alternativa Sindical Socialista

CSD: CUT Socialista e Democrática

CST: Corrente Socialista dos Trabalhadores

CGTB: Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

CONCLAT (1981): Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CONCLAT (2010): Congresso da Classe Trabalhadora

CONCUT: Congresso da CUT

CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas

C-SOL: Corrente Socialismo e Liberdade

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DS: Democracia Socialista

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

FUNASA: Fundação Nacional de Saúde

FS: Força Sindical

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAS: Movimento Avançando Sindical

MES: Movimento da Esquerda Socialista

MTL: Movimento Terra, Trabalho e Liberdade

MTS: Movimento dos Trabalhadores Socialista

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT: Partido dos Trabalhadores

INTRODUÇÃO

Desde a ascensão de Lula ao governo federal em 2003, podemos observar um processo de recomposição sindical que se deu por meio de reorganizações, fusões e rupturas entre grupos advindos fundamentalmente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical. Apesar de ter havido diversas formas de rearranjo desses grupos, nossa pesquisa tem como objetivo investigar mais especificamente duas agremiações que surgiram a partir da esquerda da CUT e que fazem uma oposição de esquerda aos governos petistas: a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e a Intersindical.

Ambas as organizações se formaram numa conjuntura similar e por motivos próximos: a oposição à tentativa de implementação, por parte do governo Lula, das reformas trabalhista e sindical (que era então discutida no Fórum Nacional do Trabalho (FNT) do qual a CUT participava) e as críticas à crescente aproximação da CUT com aquele governo.

A Conlutas foi fruto da primeira ruptura com a CUT (2004) e o surgimento da Intersindical (2006) pode ser entendido como um reflexo desse processo. Apesar de as duas organizações apresentarem um posicionamento político-ideológico semelhante, o que no início as levaram a discutir uma proposta de conformação de uma única agremiação, essa unidade não se efetivou. A recente tentativa de unificação da Conlutas com a Intersindical, ocorrida em 2010 e novamente frustrada, nos levou a questionar os motivos que fazem com que a Conlutas e a Intersindical se conformem e se mantenham enquanto grupos separados. A explicação dessa existência cindida pode ser atribuída a três elementos: 1) às divergências entre as correntes que compunham a Conlutas e a Intersindical, no que tange à posição em relação ao governo Lula (e as rupturas que passam a surgir dentro do Partido dos Trabalhadores); 2) à concepção sobre a forma de organização e composição desses novos agrupamentos e, principalmente, 3) à hegemonia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) na direção da Conlutas e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) na direção da Intersindical. Essa última contava com outros partidos em sua direção – como o Partido Comunista Brasileiro, o PCB – mas nos limitaremos a analisar prioritariamente a intervenção do PSOL, pois é esse partido que se vinculará às discussões acerca da possibilidade de unificação entre as duas agremiações.

Como os dois primeiros elementos que citamos estão relacionados ao terceiro, a vinculação partidária constitui a principal hipótese dessa dissertação para explicar a criação e manutenção de duas organizações distintas na esquerda sindical.

Para realizar esta pesquisa, recorreremos à bibliografia sobre o surgimento e as transformações da CUT, sobre o sindicalismo nos anos 2000 e a alguns textos históricos sobre sindicalismo e movimento operário. Abordamos também a pequena bibliografia existente sobre a Conlutas e a Intersindical, cujo reduzido tamanho se deve ao caráter recente de ambas as agremiações. Além disso, utilizamos como fontes entrevistas presenciais e por correio eletrônico realizadas com dirigentes da Conlutas, da Intersindical, do PSTU e do PSOL; jornais do PSTU e artigos contidos no site do PSTU e PSOL e também os relatórios das reuniões da coordenação nacional da Conlutas durante o período de 2004 a 2010 (a Intersindical não utilizava esse tipo de registro sistemático de seus encontros).

Como veremos, o PSOL é um partido de correntes que estão permanentemente em disputa por suas posições políticas, com vistas a exercer uma maior influência no interior do partido. Em decorrência, é difícil desenvolver as concepções estratégicas do PSOL de forma precisa, uma vez que não se trata de um partido homogêneo como é o caso, por exemplo, do PSTU, que também abordaremos nesta dissertação. Desse modo, salvo algumas exceções quando necessário, utilizaremos como fonte para discutir aqui as posições que se referem ao PSOL como um todo, ou seja, aquelas assinadas unificadamente como PSOL, ou as que, ainda que assinadas nominalmente, estão contidas em espaços gerais do partido, como no site ou no jornal, e as posições da corrente majoritária na direção do PSOL nos determinados momentos em que abordaremos.

Desse modo, estruturamos o texto da seguinte forma:

No primeiro capítulo, por tratar-se da central que deu origem à Conlutas e à Intersindical, traçamos um panorama do processo de surgimento da CUT, dos principais debates internos que marcaram sua trajetória e das transformações em sua concepção e práticas verificadas ao longo de sua história, fundamentalmente a partir dos anos 1990.

No segundo capítulo tratamos do processo propriamente dito de surgimento da Conlutas e da Intersindical, além de inserirmos uma breve discussão sobre a eleição de Lula que, para nós, é um ponto de inflexão importante na tática sindical das correntes que vieram a compor as duas agremiações em questão. Como reflexo da crise que se desenvolveu entre

alguns dos setores da esquerda do PT – por conta da adoção de um programa de governo com elementos neoliberais –, abordamos brevemente o surgimento do PSOL já que, além de ser resultante dessa crise no PT, cumpre um papel relevante nas relações entre a Conlutas e a Intersindical. Concluimos o capítulo apontando os limites encontrados na tentativa de unificação entre a Conlutas, a Intersindical e outros setores em 2010.

No terceiro capítulo procuramos mostrar que a existência em separado de duas organizações sindicais de esquerda ao governo no decorrer dos dois mandatos de Lula e o fracasso da tentativa de unificação em 2010 se deve, em grande medida, à enorme preponderância diretiva do PSOL, na Intersindical, do PSTU, na Conlutas, e à indisposição de ambos em cederem em algumas de suas posições partidárias para viabilizar a construção da unidade. Ou seja, essa composição levou ambos os partidos a colocarem seus interesses partidários acima da necessidade de unificação da esquerda no movimento sindical, dirigido majoritariamente pela CUT.

Nesse sentido, as diferenças táticas e estratégicas entre o PSOL e o PSTU, já davam indícios, desde a criação da Conlutas e da Intersindical, que a unificação entre as duas organizações seria um processo difícil.

Assim, para desenvolver quais são estas diferenças estratégicas, analisamos o discurso de dirigentes de correntes do PSOL e do PSTU no que tange às noções de: frente única; ação nos sindicatos reformistas; sujeito revolucionário e direção revolucionária, pois em nossa visão estes conceitos exprimem o central da concepção de transformação social de cada partido.

1. A TRAJETÓRIA E OS DILEMAS DA CUT

Consideramos de extrema importância a retomada da discussão sobre a trajetória da CUT antes de entrarmos diretamente em nosso objeto – a emergência da Conlutas e da Intersindical. Em nossa análise, o surgimento de ambas as agremiações foi um reflexo direto do processo de transformações político-ideológicas no interior da CUT, já que foram justamente essas mudanças que aprofundaram as críticas das correntes de oposição à direção majoritária desta central – a Articulação Sindical – e iniciam a discussão entre estas correntes sobre a necessidade ou não de uma reorganização sindical.

Para tratar da CUT é preciso fazer, ainda que de modo breve, um recuo histórico sobre as origens da central.

1.1 A emergência do novo sindicalismo e a fundação da CUT

O golpe militar de 1964 teve como resultado um profundo retrocesso nas mobilizações e na organização do movimento operário no Brasil, que só foi ressurgir a partir das greves de Contagem (MG) e Osasco (SP), em 1968¹. Essas greves trouxeram um novo sopro de vida ao movimento operário que se encontrava adormecido, crescendo as modalidades de resistência, impulsionadas pelas oposições sindicais aos sindicatos oficiais ligados à ditadura, como as operações-tartaruga e as paralisações parciais (Hirata, 1980). Essas oposições, por sua vez, começaram a adquirir cada vez mais respaldo a partir de 1973/1974 resultando, entre outros exemplos, na eleição da figura mais marcante das greves que ocorreram posteriormente: Lula, eleito diretor do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema em 1975, substituindo Paulo Vidal.

De certo modo, essa recuperação da movimentação operária estava relacionada ao descontentamento com o regime que começou a surgir entre as classes médias com a intensificação da repressão, após 1968, e pela deterioração da situação econômica na década de 1970. O Brasil foi atingido pelo choque do petróleo e pela crise econômica mundial. O alto crescimento econômico dos anos do “milagre” havia sido, em muito, financiado a partir

¹ Uma análise detalhada das greves de Contagem e Osasco está em Weffort, 1972.

de empréstimos estrangeiros que, com a crise, cessaram quase que totalmente. Desse modo, a política de crescimento com base no endividamento foi paralisada (Lopreato, 2006).

Diante desse contexto, o governo Geisel, em 1974, passa a iniciar uma articulação para a abertura do regime, revogando o AI5 em 1978 e declarando a anistia em 1979. Segundo Paranhos, esse “era um projeto de remodelação do Estado e de suas relações com a sociedade civil, principalmente suas elites, na tentativa de antecipar-se à crise política que se anunciava a partir do fim da fase dourada do ‘milagre econômico’” (1999, p.60).

Nesse contexto, emergiu com força um grupo de sindicalistas encabeçados por Lula, em São Bernardo, que se autodenominavam “autênticos”² devido ao seu discurso por um sindicalismo mais próximo das bases e mais combativo, diferenciando-se da política praticada pelo PCB nos sindicatos, que se eximia de críticas e de promover mobilizações contra o governo para não prejudicar a abertura democrática. Essa concepção do PCB estava profundamente atrelada a sua estratégia de revolução “por etapas” que defendia que, nos países coloniais ou semicoloniais,

a transição à ditadura do proletariado é possível, como regra geral, somente através de uma série de etapas preparatórias, como resultado de todo um período de transformação da revolução democrático-burguesa em socialista. (Karepovs, Neto, 2007)

Em agosto de 1977, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo iniciou uma campanha pela reposição salarial de 34,1% das perdas verificadas entre 1973 e 1974, por conta de uma informação falsa sobre os índices de inflação divulgados pelo governo e desmentidos por meio de um artigo do Banco Mundial (Sader, 1988). Tal campanha preparou o terreno do descontentamento com a política salarial do governo e configurou um primeiro ensaio da mobilização massiva que explodiria alguns meses depois.

Entre os anos de 1978 e 1980 os trabalhadores metalúrgicos da Grande São Paulo protagonizaram uma luta histórica que rompeu com os limites ao sindicalismo impostos pelo Estado e pelos sindicatos vinculados ao governo. De forma relativamente espontânea, em 1978, trabalhadores paralisaram a linha de montagem da Scania e sua mobilização foi seguida

² Este grupo surge formalmente no 2º semestre de 1978, no V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), ocorrido no Rio de Janeiro (Moutta, 2005), e tem como característica a crítica à estrutura sindical até então vigente. Boito Jr. (1991), porém, considera que o questionamento da estrutura sindical era mais uma formulação no campo do discurso do que era uma demanda real do novo sindicalismo.

por outras montadoras da região, reivindicando melhores salários e fim do arrocho salarial. A paralisação ocorreu mesmo sem uma decisão da direção do sindicato, mas com uma organização incipiente protagonizada por novas lideranças que questionavam as direções sindicais da época. O movimento seguiu se fortalecendo nos anos seguintes e o número de envolvidos se tornou tão grande que as assembleias da categoria eram realizadas dentro do Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo (Antunes, 1988).

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, dirigido pelo novo sindicalismo, virou referência da mobilização dos metalúrgicos, influenciando também os setores vinculados aos sindicatos “pelegos”, como foi o caso dos metalúrgicos de São Paulo, que passaram por cima de sua histórica direção pelega e de sua principal figura, Joaquinão. Isso fez com que a oposição sindical metalúrgica de São Paulo cumprisse um importante papel de direção do movimento, ainda que não tenha efetivamente conseguido conquistar a direção do sindicato pela via das eleições.

As greves foram deflagradas centralmente contra o arrocho e por aumento salarial mas, por constituir uma afronta à lei de greve, representava um questionamento à própria ditadura militar (Antunes, 1988): “A trajetória do novo sindicalismo (...) não pode ser dissociada da demanda mais geral das classes populares por direitos democráticos” (Rodrigues, 1999, p.77). Nas palavras do próprio Lula: “A luta que aconteceu no ABC foi por salário, mas a classe operária ao brigar por salários teve um resultado político na sua movimentação” (Lula apud Antunes, 1988, p.32).

Embora, a partir do ponto de vista econômico, as greves de 1978-1980 não tenham obtido grandes vitórias, o acúmulo político que elas representaram para aqueles setores mobilizados da classe trabalhadora e o significado de uma ação contestatória desse porte, em plena ditadura, foram enormes. A prova do resultado político na subjetividade daqueles operários que inicialmente se mobilizaram por salários pode ser vista tanto no processo de formação do PT, em 1981, quanto no processo de fundação da CUT, em 1983, ou seja, na formação de um partido político e de uma entidade de classe.

Esse processo de renovação sindical, verificado com o eclodir das greves metalúrgicas no ABC paulista, trouxe para os sindicalistas autênticos a necessidade de criar uma maior articulação entre o movimento sindical.

Nesse marco, o Encontro de João Monlevade, ocorrido em Minas Gerais em fevereiro de 1980, foi um significativo avanço. Reunindo os autênticos, pastorais operárias, oposições sindicais, movimentos populares e até mesmo alguns sindicatos oficiais, o encontro, além de votar algumas consignas como a democratização da estrutura sindical e o fim da CLT³, recomendou a construção de formas de consulta e reunião que seriam um “embrião de uma futura organização intersindical”.

Em julho desse mesmo ano, esses setores voltaram a se reunir no encontro que, embora conhecido como Encontro de São Bernardo, ocorreu em Taboão da Serra, que deliberou, entre outras questões como a necessidade de unificação dos movimentos sociais com o sindical (manifesta na criação da ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais), a necessidade da criação de uma central única dos trabalhadores.

Em julho de 1981, ocorreu em Vitória (ES) mais um encontro desses setores, desta vez já sem a presença dos sindicalistas ligados ao PCB; e em junho de 1982, em Goiânia, se reúne o IV Encontro Nacional da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical (o I, II e III foram considerados, respectivamente, os encontros de João Monlevade, São Bernardo e Vitória), que teve como foco a discussão sobre a necessidade de se garantir a construção do CONCLAT (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora) em 1982 e a luta pela criação da CUT (Rodrigues, 1990).

Ainda segundo Leôncio Martins Rodrigues, às vésperas do CONCLAT, era possível distinguir quatro grandes tendências: a *Unidade Sindical* (que reunia os sindicalistas ligados ao PCB, PC do B e MR-8); os *Autênticos* (grupo surgido com Lula e os metalúrgicos de São Bernardo); as *Oposições Sindicais* (grupos em oposição às direções pelegas) e a *Extrema Esquerda* (que aglutinava grupos menores de tendência leninista).

Essas tendências todas se reuniram na Praia Grande em agosto de 1981, na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (também chamada de CONCLAT) para conformar uma Comissão Pró-CUT que, por seus conflitos internos, não conseguiu garantir

³ É interessante notar aqui que, depois da implementação das políticas neoliberais no Brasil, a CLT voltou a ser defendida por setores do movimento sindical, lutando não mais por sua supressão, mas sim por sua reforma, uma vez que a flexibilização de direitos trabalhistas e a precarização do trabalho oriundas do neoliberalismo vieram acompanhadas de um discurso de que até mesmo os direitos garantidos pela CLT se tratavam de privilégios (Galvão, 2007).

a realização do CONCLAT para 1982 e terminou com a saída do PCB, PC do B e do MR-8 da comissão.

Enfim, em 1983 ocorre o CONCLAT e a CUT é finalmente fundada. Como pudemos verificar, a história da CUT foi marcada por tensões e divergências entre os distintos grupos que a compunham, como em princípio mostram as diferenças em relação à data de fundação, regimento, etc. que levaram à divisão dos setores que compunham a comissão pró-CUT e resultaram num congresso de fundação da CUT impulsionado apenas pelo chamado “setor combativo”, oriundo do Novo Sindicalismo forjado nas greves de 1978, 79 e 80 no ABC paulista (Veras, 2002; Oliveira, 1995). A partir de sua fundação, a CUT definiu-se enquanto uma central classista para dirigir a luta dos trabalhadores, colocando-se uma perspectiva para além da esfera sindical, como podemos verificar a partir da constatação de Giannotti e Lopes Neto, citados por Santos⁴:

ao definir seus princípios, a CUT, de forma ainda tímida, pois vivia-se ainda sob uma ditadura militar, mas com clareza, afirma que são seus objetivos “os interesses imediatos e históricos” dos trabalhadores e a meta final é “o fim da exploração do homem pelo homem”. (Gianotti, Lopes apud Santos, 2002).

Apesar de boa parte dos autores que analisam a CUT das origens ter apontado o caráter classista da central que surgia, há controvérsias a esse respeito. Boito Jr (1999), por exemplo, considera excessivas as análises que creditam à CUT das origens uma posição marcadamente socialista, afirmando que a CUT, tal qual o PT, possuía, no máximo, um discurso genérico de simpatia pelo socialismo. Ainda segundo Boito Jr, a estratégia da CUT em seus primórdios pode ser assim definida:

Em primeiro lugar, a CUT foi, gradativamente, consolidando uma plataforma de transformações econômicas e sociais antagônica à política de desenvolvimento do Estado brasileiro, além de intervir de modo ativo na luta pela democracia. (...) Em segundo lugar, se é verdade que essa plataforma não foi levada, na sua inteireza, para a ação prática, nem por isso deve-se supor que ela tenha permanecido letra morta. A CUT organizou campanhas, no âmbito nacional e internacional, pelo não pagamento da dívida externa e interveio ativamente a favor da reforma agrária na elaboração da Constituição de 1988. Ademais, nas greves gerais nacionais de protesto que organizou ao longo da década de 1980, contra a política econômica do governo, a CUT propagandeou e agitou sua plataforma de transformações econômicas e sociais (p.132 e 133).

⁴ Sobre essa caracterização, ver também Farranha Santana (1999).

Em seus três primeiros congressos nacionais, a CUT manteve clara a plataforma de ataque às posições conquistadas pelo grande capital monopolista e pela grande propriedade fundiária no período da ditadura militar, ainda que alguns autores, como Alves (2000) e Santos (2002), vejam que já no III CONCUR a unidade do novo sindicalismo começa a ser abalada. Nesse congresso, o principal debate foi a discussão sobre a alteração dos estatutos da central, proposta pela Articulação, e que envolvia, a partir da proposta de alteração dos critérios de representação, a limitação da participação das correntes minoritárias⁵. Esse momento, então, caracteriza o início do processo gradual de afastamento da Articulação sindical dos demais setores internos.

Contudo, o IV CONCUR (1991) foi, de fato, o ponto de inflexão na concepção e na prática que a CUT desenvolveu ao longo dos anos 1980. Foi quando consolidou-se a divisão da CUT em blocos internos, a partir da defesa da Articulação Sindical de que, diante da vitória de Fernando Collor e do início da implementação de políticas neoliberais, haveria menos espaço para a ação sindical tal qual se configurava na década de 1980 e, portanto, seria necessária uma atitude mais propositiva por parte do movimento sindical, defendendo e disputando suas ideias nos fóruns tripartites (Alves, 2000; Boito Jr, 1999; Santos, 2002).

1.2 Anos 1990: as transformações na concepção e prática da CUT

Boa parte dos autores que analisam as transformações na concepção e prática da CUT durante os anos 1990, quer tenham uma posição positiva ou crítica em relação a estas mudanças, irão relacioná-las, em linhas gerais, ao processo de instauração de políticas neoliberais no Brasil, principalmente a partir do governo Collor⁶. Internacionalmente, por sua vez, os anos 1990 foram marcados por um processo de transformações em escala global verificadas a partir da queda do muro de Berlim e da consolidação da hegemonia norte-americana através do Consenso de Washington⁷.

⁵ Ver Rodrigues, 1999.

⁶ Como Boito Jr (1999), Rodrigues(1999).

⁷ Conjunto de diretrizes neoliberais formuladas por organizações sediadas na cidade de Washington , como o FMI e o Banco Mundial.

Essas transformações foram resultantes do fim do chamado “boom” econômico pós-Segunda Guerra Mundial, o que levou à crise no capitalismo e no Estado de Bem-Estar Social.,

Se o processo de construção do Estado de Bem-Estar Social dependeu, em grande medida, do crescimento econômico oriundo do pós-Guerra e de sua conseqüente destruição de forças produtivas, também as condições criadas pelos conflitos interimperialistas e a “ameaça” representada pela União Soviética cumpriram seu papel (Boito Jr, 1999). Ou seja, queremos dizer que além das reais condições econômicas existentes que permitiam um maior investimento em políticas sociais, o capitalismo visualizava que uma investida muito forte do capital contra o trabalho nesse momento poderia precipitar indesejadas revoluções.

Segundo Mandel (1982: 340 e 341 *apud* Santos, 2002), o Estado de Bem-Estar Social

caracteriza-se pela combinação simultânea da função diretamente econômica do Estado Burguês, do esforço para despolitizar a classe operária e do mito de uma economia onipotente, tecnologicamente determinada, que pode supostamente superar os antagonismos de classe, assegurar um crescimento ininterrupto, um aumento constante do consumo e, assim, produzir uma sociedade ‘pluralista’.

Nesse processo, “a função objetiva da ideologia ‘economicista’ é, sem dúvida, tentar dismantelar a luta de classe do proletariado” (p.57).

No entanto, para Antunes, o “calcanhar de Aquiles” desse crescimento econômico característico dos “30 anos gloriosos” residia no fato de que a guerra e a destruição de forças produtivas resultantes desta foram justamente a saída paliativa encontrada pelo capital para superar sua crise estrutural da constante tendência à queda da taxa de lucro dos capitalistas. Desse modo, um crescimento baseado num mecanismo artificial de recuperação não podia ter uma existência senão temporária (Antunes, 1999).

Contudo, existem estudiosos que discordam dessa visão “catastrofista” das crises econômicas no capitalismo, afirmando que esse sistema baseia-se em ciclos de ascensão e declínio, que levam o capitalismo a buscar novos modelos de produção para seguir em expansão (Miglioli, 2009, Grespan, 2009).

O que há de comum em ambas as análises, no entanto, é a constatação de que o que leva às crises é um processo de superprodução, no qual a produção se descola da demanda e se desequilibra.

De todo modo, essa crise do capitalismo que se instaurou nos anos 1970 pôs em crise o “compromisso de classe” e implementou uma nova fase do capitalismo, inspirada no arcabouço teórico desenvolvido pelo grupo liderado por Friedrich Hayek⁸ desde 1947, que defendia ideias contrárias às políticas reguladoras da economia propostas por Keynes. A eleição de Margareth Thatcher na Inglaterra, em 1979, e, em seguida, eleição de Ronald Reagan, nos Estados Unidos em 1980, constituíram os marcos políticos dessa nova fase, já que insistiam na necessidade de se promover amplas mudanças políticas, sociais e econômicas para conter esse processo de crise.

Anderson (1995) analisa que, na concepção de Hayek, as raízes da crise estavam no poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário. A saída, portanto, deveria ser a implementação de um Estado forte, com a capacidade de quebrar os sindicatos, e pouco intervencionista nos gastos sociais e econômicos.

O sindicalismo foi afetado objetivamente, pelo novo contexto político e econômico, mas também subjetivamente. O crescente individualismo das relações de trabalho circunscreveu os conflitos trabalhistas cada vez mais ao interior das empresas, em detrimento das ações coletivas organizadas em categorias por meio dos sindicatos.

Antunes (2002) sublinha os impactos nessa dimensão subjetiva, mostrando como que com a implementação do modelo de produção toyotista⁹ ocorre um processo de aumento da dimensão constante do capital, em detrimento da sua dimensão variável. Essa substituição do trabalho vivo pelo morto ofereceu como tendência a incorporação de trabalhadores como supervisores das etapas do processo produtivo, como no caso da implantação dos CCQ's (Círculos de Controle de Qualidade) (Alves, 2000). Tal “qualificação” do trabalhador, a

⁸ Estas ideias estão contidas em: Hayek, Friedrich August. O Caminho da Servidão. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

⁹ Cujas características principais são: programas de qualidade total e gestão participativa; programas de remuneração variável e distintos contratos de trabalho; rotação das funções que exigem maior polivalência do trabalhador para o exercício de múltiplas tarefas; combinação das atividades de execução com as de controle; constituição de grupos de trabalho com alguma capacidade de decisão sobre os problemas e as soluções no imediato desenvolvimento das operações; redução de níveis hierárquicos; adoção de programas voltados para o envolvimento do trabalhador com os interesses da empresa; diversificação dos produtos; flexibilidade produtiva; “focalização” das atividades; desmonte de parte da estrutura produtiva etc. (Antunes, 1999).

nosso ver, possui um efeito subjetivo de perda da noção de classe e de assimilação da ideologia capitalista.

Santos, no mesmo sentido de Antunes e Alves, afirma:

Destaque-se que um dos efeitos mais degradantes do modelo japonês consiste na imposição astuciosa da vigilância do trabalho passar a ser feita pelos próprios trabalhadores da equipe de produção. O caráter coletivo do trabalho nesse modelo, em substituição à operação individual parcelada, criou as condições para que os operários se vigiem uns aos outros, uma vez que as falhas individuais (absenteísmo, negligência e outras) passam a ter repercussão negativa sobre a aferição do trabalho conjunto da equipe e sobre a remuneração de todos os seus membros (2002, p. 77).

Além disso, a precarização do trabalho e a terceirização levaram a distintas formas de polarização no interior da classe trabalhadora ao contribuir para sua fragmentação (Santos, 2002). Segundo Marcelino, o fenômeno da terceirização pode ser definido como “todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho” (2008, p.4). Esse processo afetou a capacidade de organização e ação sindical e contribuiu para a queda nas taxas de sindicalização mundiais.

1.3 Do novo sindicalismo ao sindicalismo propositivo

No Brasil, fundamentalmente a partir da década de 1990, com a eleição de Fernando Collor de Mello, nas primeiras eleições presidenciais diretas desde o golpe militar de 1964, foram implantadas as medidas iniciais de desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho que, juntamente com a redução dos gastos sociais do Estado, caracterizaram a política neoliberal (Alves, 2000; Boito Jr, 1999; Pochmann, 2001). Essas mudanças abriram espaço para novas ideologias contrárias ao trabalho e à classe trabalhadora (Antunes, 1997).

Diante desse novo cenário, a saída apresentada pela Articulação Sindical para a CUT foi o rompimento com o método histórico de um sindicalismo de resistência, que mobilizava sua base contra as políticas do Ministério do Trabalho e do governo, e a defesa de um sindicalismo mais propositivo¹⁰, que passasse a apresentar alternativas concretas para as

¹⁰Segundo Andréia Galvão, “Grosso modo, o sindicalismo propositivo caracteriza-se pelo predomínio da ação no plano institucional, da negociação dentro da ordem e por concessões ao governo e ao capital. A negociação é feita de maneira ‘realista’, sem se confrontar com os elementos das propostas apresentadas pelo governo e pelo patronato” Galvão (2002).

principais questões da política nacional em debate com todos os setores da “sociedade civil”. A proposta apresentada pela Articulação Sindical se baseava na ideia de que o neoliberalismo trazia em si uma contradição, que poderia ser explorada pelos trabalhadores. Nas palavras de Boito Jr:

Vimos que a política econômica neoliberal prioriza os interesses do capital financeiro internacional e do capital bancário nacional atritando-se com interesses da burguesia industrial. Existe, portanto, em tese, a possibilidade de os trabalhadores aproveitarem-se dessa contradição no interior do bloco no poder para fortalecer a luta contra o desemprego. Com as câmaras setoriais, a CUT pretendeu explorar essa contradição. (1999, p. 163).

Se nos anos 1980, então, a CUT trabalhava com uma noção de polaridade entre a “classe trabalhadora” e os “governos e empresários”, nos anos 1990 essa noção vai ser substituída cada vez mais por uma suposta oposição entre os interesses do “governo” e da “sociedade civil”, o que, a nosso ver, deixa implícita uma concepção de que não existe nem uma natureza de classe no interior do Estado e, tampouco, uma visão de heterogeneidade de classes sociais dentro da sociedade.

Nesse sentido, o IV CONCUR (1991), apesar de também votar as palavras de ordem já consagradas anteriormente, como reforma agrária, luta contra as privatizações etc., delibera que a CUT tem como tarefa apresentar “propostas para políticas de abrangência nacional”.

Essa posição acaba por consolidar a divisão da CUT em blocos internos, a partir da defesa da Articulação Sindical de que, diante da vitória de Fernando Collor e da implementação de políticas neoliberais, haveria menos espaço para a ação sindical tal qual se praticava na década de 1980 e, portanto, era necessária uma atitude mais propositiva por parte do movimento sindical, defendendo e disputando suas ideias nos fóruns tripartites. Segundo Rodrigues, a partir dessa divisão, na CUT “(...) de um lado se encontra a esquerda contratualista, representada pela Articulação Sindical e tendências afins. De outro, a esquerda socialista, cujos principais pilares são: a Alternativa Sindical Socialista, o setor sindical do PSTU e a Corrente Sindical Classista, entre outros” (1999, p.73).

Santos (2002) nos oferece uma caracterização mais detalhada da configuração dessa esquerda socialista:

Na Esquerda Socialista a diversidade de posições e as divergências são maiores. A ASS é uma tendência que agrega militantes de correntes de

esquerda do PT, militantes ‘independentes’ e simpatizantes desse partido. Em dezembro de 2001, o setor ligado à tendência petista DS rompeu com a ASS e organizou uma nova tendência sindical, a CUT Socialista e Democrática (CSD). As demais correntes petistas (Força Socialista, Tendência Marxista e Fórum Socialista) definiram pela manutenção da ASS. Outra tendência petista, a Articulação de Esquerda (AE), também participa da Esquerda Socialista. O Movimento por uma Tendência Socialista (MTS) é o campo hegemônico pelo PSTU na CUT, todavia não se restringe a seus militantes, participam também militantes petistas e sindicalistas independentes. A Unidade Classista, corrente sindical do PCB, também compõe a esquerda socialista (p.143)¹¹.

Consideramos importante retomar aqui que a forte discussão existente no interior da CUT sobre o “método” propositivo era acalorada justamente porque continha em si uma discussão sobre o “programa” da central. Concordamos com Boito Jr em que o método propositivo tem como consequência o rebaixamento do conteúdo das proposições da CUT, uma vez que “se o objetivo é participar dos fóruns decisórios com os governos (neoliberais) e empresários, é preciso ser comedido e realista nas propostas; caso contrário, desliza-se para o confronto, que é o que o método propositivo pretende evitar” (1999, p. 159).

O IV CONCURTO consolidou esse novo programa e a CUT passou a defender claramente a necessidade de uma nova estratégia produtiva no Brasil, financiada através do aumento dos investimentos estrangeiros e dos incentivos fiscais e creditícios às empresas privadas, ou seja, através de políticas públicas. Tratava-se de uma assimilação das políticas cepalinas¹² de neodesenvolvimentismo. Diferia do neoliberalismo porque sustentava a necessidade de uma intervenção reguladora, ainda que reduzida, do Estado. Segundo Boito Jr, “essa concepção neodesenvolvimentista foi introduzida na CUT, principalmente, pelo antigo Desep, o Departamento de Estudos e Assessoria da central, que reunia técnicos e antigos pesquisadores influenciados pela economia da Cepal” (1999, p.161).

Essa defesa da necessidade de uma nova estratégia produtiva, entre outras coisas, manifestou-se através de propostas, como o contrato coletivo de trabalho que, em linhas

¹¹Havia também a Corrente Sindical Classista (CSC), vinculada ao PC do B. Esse setor vai entrar na CUT em 1991 e sair dela para fundar a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) em 2007.

¹²“A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é uma das cinco comissões econômicas da ONU (...) e foi criada em 1948 com o intuito de monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área.” Disponível em: <www.eclac.org>. Reuniu grandes nomes do pensamento desenvolvimentista, como é o caso de Celso Furtado no Brasil.

gerais, propunha que parte da legislação trabalhista se transformasse em cláusulas contratuais negociadas diretamente entre os trabalhadores e os empresários. Nas palavras de Jair Meneguelli, então presidente da CUT, citado por Boito Jr:

A partir do contrato coletivo de trabalho haverá ou será necessária a mudança na própria constituição brasileira. Faremos as leis, nós faremos a ‘constituição’ que regerá o capital e o trabalho, ou seja, não se deveria ter discutido redução da jornada de trabalho na constituição. Deveria se discutir, sim, entre as partes, entre o capital e o trabalho. A única constituição detalhista que existe no mundo é a nossa. Não queremos mais que o congresso nos diga como temos de contratar; queremos discutir – nós, trabalhadores, com os empregadores – como queremos fazer o contrato (p. 150).

Ou seja, Meneguelli nas entrelinhas estava afirmando que a CUT não deveria privilegiar a luta por direitos sociais. Essa posição guardava alguma semelhança com a proposta neoliberal de desregulamentação do mercado de trabalho, que propunha a redução ou a eliminação dos direitos sociais e trabalhistas estabelecidos em lei. “A prática sindical contratualista, que informa a proposta de contrato coletivo, representa, justamente, a modalidade de ação sindical mais próxima, ideológica e politicamente, do neoliberalismo” (Boito Jr, 1999, p. 157). Isso porque remete a ideia de um contrato entre partes supostamente iguais.

Não podemos, contudo, igualar as duas posições, pois, ao contrário dos neoliberais, “(...) a proposta cutista atribui ao Estado a definição de direitos mínimos, que não poderiam ser desrespeitados pela contratação coletiva. Num caso, trata-se de propor a prevalência do contrato sobre a lei; no outro, a ideia é que o contrato complemente a lei” (Galvão, 2003, p.4).

Segundo alguns autores, as transformações programáticas que ocorreram na CUT foram uma forma encontrada pela central para resistir e se adaptar às mudanças advindas no neoliberalismo e, não necessariamente implicaram em consequências negativas para os trabalhadores.

Leite, por exemplo, ressalta que seria possível a convergência de interesses entre sindicatos e empresas para que ambos resistissem aos impactos neoliberais, a partir do momento em que os sindicatos pudessem ser reconhecidos enquanto agentes legítimos e as

empresas interpretassem “o fator trabalho não como um custo a ser cortado sempre que possível, mas antes um bem ou um recurso no qual a empresa deve investir” (1997, p. 12).

Nessa mesma perspectiva, Ramalho, Rodrigues e da Conceição (2009) sustentam que as câmaras setoriais foram excelentes experiências onde esse reconhecimento ocorreu, configurando uma experiência inovadora de decisão tripartite, democrática e que trouxe reais ganhos para os metalúrgicos como o crescimento da produção de veículos, de postos de trabalho e também ganhos nos salários¹³.

A disposição à negociação não impediu que, em alguns aspectos a CUT resistisse às políticas neoliberais, como na questão das privatizações. Isso durante a gestão de Jair Meneguelli pois, quando Vicentinho assume a direção da central, no V CONCURT, em 1994, a CUT se aproximou mais desse ponto da concepção neoliberal, deixando de lado, inclusive, a luta contra as privatizações quando da privatização da Vale do Rio Doce, que a CUT deixou em segundo plano.

No que tange à questão da estrutura sindical, podemos, de modo geral, distinguir três fases na concepção da CUT : a primeira compreende o período desde seu surgimento até a aprovação da constituição de 1988; a segunda inicia-se após a promulgação da nova constituição e se caracteriza pelo processo de adaptação da CUT à estrutura híbrida instaurada, ou seja, a opção da central em organizar-se por dentro da estrutura sindical corporativa¹⁴; a terceira, por sua vez, é marcada pelo início do debate acerca da transformação ou não dos sindicatos filiados à central em sindicatos orgânicos.

A concepção de estrutura sindical orgânica foi influenciada pelas experiências de pluralismo sindical que caracterizavam alguns países europeus. Conforme essa concepção, o trabalhador se filiaria individualmente a uma central optando por um sindicato no seu local de trabalho, ao contrário do que vigora no Brasil, onde a relação sindicato/central é coletiva e não individual. Além disso, os sindicatos vinculados à central teriam a obrigação de seguir sua política de conjunto. Diante dessa discussão, a Articulação Sindical passou a defender esse modelo de sindicatos orgânicos, afirmando que isso inibiria a existência de sindicatos que carregam o logotipo da CUT, mas não defendem os seus princípios (Santos, 2002).

¹³ Uma visão crítica às câmaras setoriais está em Galvão (1998).

¹⁴Para uma discussão aprofundada sobre o tema da estrutura sindical no Brasil, ver: Boito Jr. “O sindicalismo de Estado no Brasil.”

Toda a chamada esquerda socialista divergiu dessa proposição. Segundo a ASS, por exemplo, com a implantação do modelo orgânico, “os sindicatos deixariam de serem organizações autônomas dos trabalhadores, que optaram por filiá-lo à CUT e seguir seus princípios, e passaria (sic) a ser uma representação da CUT junto à base” (ASS *apud* Santos, 2002). De modo geral, a crítica da esquerda socialista consistia na afirmação de que, por trás da proposta de sindicatos orgânicos, se escondia, na verdade, a proposta da pluralidade sindical e da perda da autonomia da base dos sindicatos em favor das comissões sindicais, que seriam como “seções” das centrais no interior das fábricas.

Nas 7ª e 8ª Plenárias Nacionais da CUT, realizadas respectivamente em 1995 e 1996, em relação à questão dos sindicatos orgânicos, acabou se desenhando uma diferença no interior da esquerda socialista: dentre as correntes internas do PT, a Democracia Socialista (DS), a Tendência Marxista e o Fórum Socialista apoiaram a implantação do modelo de sindicato orgânico, ainda que afirmando que esta defesa era feita com base em outra concepção e deveria ser condicionada a uma profunda democratização das instâncias da CUT.

Apesar dessas diferenças internas, a esquerda socialista acabou se unificando novamente na oposição à questão dos sindicatos orgânicos a partir de uma avaliação de que a esquerda deveria permanecer unida diante da hegemonia da Articulação Sindical, hegemonia essa que se aprofunda no 6º CONCUT, quando entra em vigor a resolução aprovada na 8ª Plenária Nacional, a implantação da “tese guia” (Santos, 2002).

A eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) extinguiu os espaços institucionais de negociação que existiram nos governos anteriores, como as câmaras setoriais, trazendo um problema para o sindicalismo cutista desde o ponto de vista da estratégia que vinha adotando. A última negociação importante no governo de FHC foi em torno da reforma da previdência que, a princípio, parecia que terminaria em favor das centrais, tanto pela conjuntura eleitoral, quanto pela repercussão da greve geral francesa contra a reforma da previdência naquele mesmo ano (1995).

A princípio, apenas a Força Sindical assinou o acordo com o governo, mas no decorrer do processo de negociações, Vicentinho acabou se comprometendo a defender os termos do acordo na direção nacional da CUT e tem êxito nessa tarefa. Contudo, o acordo que a CUT assina, ao invés de favorecer os trabalhadores, só os prejudicava, com cláusulas

graves como a substituição da aposentadoria por tempo de serviço pela aposentadoria por tempo de contribuição. Tal acordo foi amplamente repudiado pelos setores da esquerda da CUT e até mesmo pelo próprio PT, ampliando a fissura que existia entre os setores internos da CUT. A Articulação Sindical, diante dessa rejeição, viu-se obrigada a rescindir o acordo horas antes da votação pela Câmara dos Deputados¹⁵.

A aproximação da CUT com o discurso neoliberal teve no governo de Fernando Henrique Cardoso mais um ponto de inflexão importante, quando a central decidiu começar a atuar nas brechas do Estado, promovendo a execução de serviços de responsabilidade do Estado, como foi o caso da criação de agências de empregos e do incentivo a ONGs e cooperativas (Galvão, 2003). Essa atuação se ligava ao discurso que a CUT passou a construir de que não somente deve negociar com o Estado, mas atuar como sua parceira, oferecendo seus serviços para os *cidadãos*¹⁶.

Um artigo dos sindicalistas João Felício e Antonio Spis (então presidente da CUT/SP), de agosto de 2000, é bastante elucidativo dessa nova atuação sindical que a CUT estava praticando. Segundo esta concepção, a CUT caminhava no sentido correto ao atuar como:

representante sindical do cidadão, colocando [no] sindicato todos os interesses do cidadão, não somente os interesses profissionais ou relativos a salário (...) [ou] emprego, [um sindicato que] lute por todos os interesses do cidadão; saúde, educação, transporte público, moradia, segurança pública e igualdade de oportunidades entre os gêneros. Uma CUT que combata o trabalho infantil e escravo, que impulsione a agricultura familiar, a reforma agrária, que consolide e faça avançar a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário) e que desenvolva políticas regionais; uma CUT cidadã (Folha de São Paulo, 30/08/00 apud Santos).

A situação de desconforto das correntes de oposição da CUT foi ficando cada vez mais intensa e, pelo fato de serem os metalúrgicos do ABC o setor mais alinhado à política da Articulação, em 2001, setores da esquerda socialista convocaram um congresso nacional que fundou a Federação Nacional dos Metalúrgicos da CUT – Democrática e Combativa, visando aglutinar setores com posições divergentes daquelas sustentadas pela Articulação.

¹⁵Diante da derrota da posição de Vicentinho, o presidente da central propõe sua renúncia do cargo na Plenária Nacional da CUT, realizada em janeiro de 1996. A proposta é rejeitada pelo plenário.

¹⁶Ressaltamos que a utilização do termo cidadão, pela CUT, não por acaso, possui um significado genérico, que não destaca a existência de diferenciação de classe no interior da sociedade.

Essa situação parece indicar que a disputa pelos rumos da CUT entrou em outro patamar; isto porque os dois blocos da CUT, extrapolando as disputas nos fóruns da central, se esforçam em organizar experiências sindicais que sirvam como modelo para o embate político travado no sindicalismo-CUT (Santos, 2002, p.122).

Esse fato indica um primeiro passo para levar a disputa na CUT para além de seus fóruns, constituindo uma das bases do processo de reorganização que vai ocorrer posteriormente.

O distanciamento da CUT em relação a seu programa inicial ampliou o descontentamento das correntes minoritárias no interior da Central. Contudo, a oposição ao governo Cardoso ainda seguia sendo um importante fator coesivo entre estas distintas correntes no interior da CUT e motivava ainda algumas iniciativas de confronto e mobilizações contra o governo, como foi o caso da luta contra o acordo referente ao pagamento da dívida do governo para com o FGTS, contra o racionamento de energia elétrica (Galvão, 2003) e a greve dos petroleiros de 1995, duramente reprimida pelo governo de FHC¹⁷.

Contudo,

a eleição de Lula modificou profundamente o cenário sindical brasileiro. Se a intensificação das lutas sociais no final dos anos 1990 parecia indicar uma reativação do sindicalismo combativo, a opção do governo do PT em dar continuidade ao modelo neoliberal paralisou a capacidade de crítica de seus aliados, na medida em que o partido que fazia oposição às reformas orientadas para o mercado acabou por assumi-las. (GALVÃO, 2009)

É neste cenário que o descontentamento com a nova localização da CUT vai caminhar para a discussão sobre a necessidade de novas alternativas de atuação sindical, levando ao surgimento de novas centrais e agremiações sindicais e populares, entre as quais a Conlutas e a Intersindical. Abordaremos o processo de conformação dessas organizações no capítulo seguinte.

¹⁷Cabe aqui ressaltar que essas mobilizações que a CUT organizou, rompendo em certa medida com seu imobilismo dos primeiros anos da década de 1990, podem ser relacionadas à eleição de João Felício à presidência da CUT em 2000, que vinha do funcionalismo público e, apesar de também ser da Articulação Sindical, rompeu com a hegemonia dos metalúrgicos na direção da central (Galvão, 2003).

2. O SURGIMENTO DA CONLUTAS E DA INTERSINDICAL

2.1 As críticas da esquerda ao governo petista

Lula assumiu a presidência da república diante de um clima de desconfiança do mercado financeiro frente às mudanças que poderiam ser promovidas por um governo do PT. No entanto, para dissipar essa apreensão, Lula nomeou Henrique Meirelles, ex-deputado pelo PSDB, para a chefia do Banco Central, já indicando que sua política econômica não entraria em choque com a desenvolvida pelo governo Cardoso. Nesse mesmo sentido, Antônio Palocci, ex-prefeito de Ribeirão Preto (SP) e coordenador da campanha de Lula, foi nomeado para o Ministério da Fazenda com uma política um tanto quanto “ortodoxa”, defendendo a necessidade de se fazer um forte ajuste na política fiscal e promovendo, como uma de suas primeiras ações, a elevação da taxa de juros.

Se, por um lado, Lula queria mostrar com a composição de sua equipe que não promoveria uma ruptura declarada com o governo anterior, por outro lado, mostrava que a CUT e seus dirigentes históricos seriam parte ativa de sua gestão. A incorporação da CUT ao projeto do PT se manifestou através da indicação de diversos quadros da central a cargos do governo, como Jacques Wagner (ministro do trabalho; fundador da CUT na Bahia), Ricardo Berzoini (ministro da previdência, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo), entre outros (Boito Jr., Galvão e Marcelino, 2011)¹⁸.

Ao assumir o Ministério da Previdência, Ricardo Berzoini encaminhou um projeto de reforma que, em linhas gerais, buscava estender ao funcionalismo público as alterações promovidas por FHC na aposentadoria do setor privado. Com essa iniciativa, deu início a um processo de (contra) reformas e ajustes que o governo Lula buscava promover. Embora um significativo setor do funcionalismo público tenha se mobilizado contra a aprovação da reforma da previdência, a CUT não organizou nenhuma resistência mais contundente, fato que aprofundou o descontentamento dessa importante base da CUT não só com o governo, mas também com a própria central.

¹⁸Segundo Araújo e Oliveira, no primeiro mandato de Lula, dos 64 ministros nomeados, 17 eram vinculados ao sindicalismo, sendo que, destes, 14 eram dirigentes das centrais sindicais (Araujo, Oliveira, 2011).

Assim, o fato do funcionalismo público ter como “patrão” o governo e ter sido o primeiro grupo a ser atingido pelas reformas de Lula, sedimentou as bases para que justamente esse setor constituísse a parte mais importante do processo de ruptura com a CUT, deflagrando a reorganização sindical que veremos posteriormente (Galvão, Lemos e Gonçalves, 2012).

2.1.1 A formação de um novo partido

Diante das políticas de cunho neoliberal que o PT decidiu implementar no início do governo Lula, a discussão no âmbito da esquerda começou a caminhar da crítica à CUT à crítica ao PT. Foi nesse período que se esboçaram as primeiras discussões sobre a necessidade de uma reorganização também no âmbito partidário.

Um grupo de parlamentares do PT que havia sido expulso do partido por se posicionarem contra a reforma da previdência encaminhada à votação pelo PT fundou, entre os dias 5 e 6 de junho de 2004, o Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL. Além de parlamentares como Heloisa Helena, Luciana Genro e Babá, alguns renomados intelectuais de esquerda, antes vinculados ao PT, se somaram a essa nova iniciativa, como Chico de Oliveira, Ricardo Antunes, Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder.

Esse encontro, que contou com a participação de 750 representantes de diversos setores, trabalhadores do campo e da cidade, estudantes etc., votou uma direção provisória composta de 101 membros e a organização de uma ampla campanha para a coleta de assinaturas para a legalização do partido.

No texto “A fundação do PSOL”, escrito por Heloisa Helena nessa ocasião, a então senadora cita o que seriam os principais elementos do programa desse partido: “queremos que esta alternativa seja claramente classista, de luta, anticapitalista, anti-imperialista, internacionalista e democrática, para lutar pelo socialismo como a única saída para resolver os graves problemas que afetam a classe trabalhadora” (Fundação, 2004). O processo de construção do PSOL deu-se de forma bastante difusa e fragmentada, ocorrendo a partir de “levas” de correntes políticas que foram se filiando ao partido.

As principais correntes do PT que participaram da fundação do PSOL foram também as que passaram a se articular, a partir de 2003, para a construção de um novo

partido, como a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), o Movimento da Esquerda Socialista (MES) e o Enlace, organização que surge da ruptura com a Democracia Socialista (DS, que permanece no PT). Ainda em 2003, um setor oriundo do PSTU, chamado Corrente Socialismo e Liberdade (C-SOL), rompeu com esse partido e vinculou-se ao PSOL.

Em 2005, após o processo de eleições diretas do PT, o PED, a corrente vinculada ao candidato à presidência do partido – Plínio de Arruda Sampaio –, a Ação Popular Socialista (APS), também rompeu com o PT por entender que a direção desse partido não poderia mais ser disputada diante da corrupção vigente no próprio processo eleitoral.

Outras correntes menores foram se incorporando ao partido ao longo do tempo, como a Socialismo Revolucionário (SR) e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), por exemplo, mas as principais correntes nacionais que compuseram o PSOL em seu processo inicial de formação foram, de fato, o Movimento da Esquerda Socialista (MES), a Ação Popular Socialista (APS), o Enlace, a Corrente Socialismo e Liberdade (C-SOL) e a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST).

O PSOL, nesse marco, embora tenha surgido com um programa provisório, que pretendia ser aprofundado nas discussões com outros setores que poderiam vir a se incorporar ao partido, possuía um projeto muito claro: recuperar o projeto político do PT das origens, ou seja, segundo Plínio de Arruda Sampaio, falando de sua ruptura com o PT em 2005, resgatar o programa de construção de um socialismo democrático, a preponderância dos setores populares na composição do partido e a subordinação da cúpula do partido à sua base. Segundo esse dirigente, nada disso se via mais no PT de 2004, imerso em um projeto de governabilidade que pressupunha a aliança com os diversos setores da burguesia e o favorecimento de seus interesses em detrimento dos interesses do povo, um projeto definido e aprovado por uma cúpula partidária distante do conjunto do partido (Por que, 2005).

Segundo Milton Temer, jornalista que também se desligou do PT para construir o PSOL, esse partido nasce para ocupar o espaço de esquerda que o PT ocupava, criando um canal institucional para os movimentos sociais (Sem disputa, 2005). A grande diferença que cabe destacar aqui é que o PSOL surge numa conjuntura completamente distinta da que nasce o PT, não contando com a base de massas que deu origem ao PT e tampouco com a situação de acirramento da luta de classes verificada no início dos anos 1980.

A criação de um novo partido, porém, não era algo consensual, já que outros partidos de esquerda que faziam oposição ao governo petista, como o PSTU, tentam captar esse processo de discussão sobre a construção de uma alternativa ao PT, mobilizando todas as suas forças para fazer com que seu partido canalize essa reorganização. Assim, impulsionados pelo PSTU, ocorreu pelo país uma série de debates sobre a questão da fundação de um movimento por um novo partido, envolvendo intelectuais e parlamentares da esquerda “radical” do PT. (Pompêo, 2007)

Como primeira medida, em agosto de 2003 o PSTU realizou um debate na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a UERJ, que, com a presença de aproximadamente 400 pessoas, objetivou discutir o “Governo Lula e a necessidade de um novo partido de esquerda”.

Em boa parte dos encontros e debates que o PSTU organizou com o intuito de debater a construção de um novo partido, o foco foi fazer um chamado para que os parlamentares da esquerda do PT, expulsos deste partido por se posicionarem contrariamente à reforma da previdência, se incorporassem a esse debate e construção.

Esse chamado, que o PSTU denominava “Movimento por um Novo Partido”, se baseava, em linhas gerais, em um movimento que agrupasse não só correntes, mas militantes individuais, que realizaria um debate profundo sobre qual programa adotar, sem centralismo, mas visando a construção de um partido comum. Enquanto esse partido não se formalizasse, o PSTU propunha oferecer sua legenda para que os membros do movimento pudessem participar das eleições (Opinião Socialista, nº 158).

Após seguidos chamados como esse, foi com surpresa que o PSTU viu o ato realizado pelos parlamentares expulsos do PT, como Babá, Luciana Genro e Heloisa Helena¹⁹, no Rio de Janeiro no início do ano de 2004. Nesse ato, os parlamentares fizeram suas declarações para toda a mídia já lançando um “novo partido” e um “movimento” imediato de legalização de nova legenda eleitoral, afirmando que as bases programáticas do “novo partido” já existiam, ou seja, as mesmas que nortearam o PT nesses 20 anos. O partido que daí surgiu foi o Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL.

¹⁹Quando no PT, Babá era membro da Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST); Luciana Genro pertencia ao Movimento Esquerda Socialista (MES) e Heloisa Helena fazia parte da corrente Democracia Socialista (DS).

Embora o PSTU afirme que os ex-parlamentares do PT os excluíram do processo de formação do novo partido por conta de uma diferença de concepção – partido para as eleições vs partido para a revolução – a nosso ver, os pontos do chamado que destacamos há pouco deixam claro que o intuito do PSTU era fazer com que seu próprio partido abarcasse essas rupturas, uma vez que seria a sua legenda a utilizada desde as eleições de 2004 até a legalização de um novo partido, dando a possibilidade ao PSTU de eleger pela primeira vez algum militante. Nesse sentido, não interessava aos setores que rompiam com o PT que os militantes de suas correntes e seus simpatizantes fossem para um partido já consolidado, dotado de um projeto distinto e uma direção estabelecida²⁰.

2.1.2 As reformas neoliberais de Lula

Como afirmamos anteriormente, foram os servidores públicos que sofreram as primeiras e mais significativas perdas e ameaças aos seus direitos, como o desmonte de órgãos públicos como a FUNAI, INCRA, IBAMA e FUNASA²¹, que foram desestruturados e reduzidos, ou ainda como foi o caso da reforma da previdência. A despeito da ausência de resistência organizada por parte da CUT, a reforma da previdência mobilizou uma grande massa de funcionários públicos, que entraram em greve, indignados com a perda de seus direitos, resignificados pelo PT como “privilégios”.

Desse modo, as tentativas de novas reformas flexibilizantes que se seguiram à aprovação da reforma da Previdência (que foi o mote da expulsão dos parlamentares do PT que vão dar origem ao PSOL), para ambos os partidos eram apenas mais demonstrações cabais de que a seta do governo Lula realmente estava no sentido do neoliberalismo.

Os principais pontos da reforma da previdência foram: fim do regime próprio que regia a aposentadoria dos servidores públicos e que garantia a aposentadoria integral; a aplicação das novas regras aos servidores em atividade; a desvinculação dos reajustes dos ativos e aposentados; a introdução da contribuição previdenciária aos servidores já

²⁰Sobre as críticas que o PSTU formula em relação à fundação do PSOL, ver o artigo “Novo Partido Velho”, de Eduardo Almeida. Disponível em <www.pstu.org.br>.

²¹ Respectivamente: Fundação Nacional do Índio, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e Fundação Nacional de Saúde.

aposentados; a regulamentação da previdência complementar privada. (Os pilares, 2003, Para entender, 2003)

Lula propôs também a discussão sobre a construção de um projeto de reforma trabalhista e sindical, que seria construído a partir de consensos obtidos em um espaço tripartite, o Fórum Nacional do Trabalho (composto por 21 representantes do governo, 21 representantes do empresariado e 21 representantes dos trabalhadores).

Sobre as tentativas de implementação das reformas trabalhista e sindical por via das discussões promovidas pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT) Boito Jr., Galvão e Marcelino consideram que:

No que se refere à reforma trabalhista, o governo Lula, embora apresente um discurso de defesa de direitos, não interrompeu o processo de flexibilização da legislação, ainda que o tenha feito em ritmo menor do que o verificado sob o governo de Fernando Henrique Cardoso. Com efeito, o governo vem realizando mudanças pontuais, sem discuti-las publicamente, a despeito da criação de fóruns tripartites, como o FNT, supostamente dedicados a essa tarefa. Assim, implementou algumas medidas flexibilizantes, a exemplo da contratação de prestadores de serviço na condição de empresas constituídas por uma única pessoa (a chamada ‘pessoa jurídica’) e da lei do Super Simples, que possibilita a redução do pagamento de alguns direitos trabalhistas para micro e pequenas empresas. Já a reforma sindical, a despeito de todo o debate realizado no FNT, não avançou. Ainda assim, a discussão gerou muita polêmica. (...) Diante de tamanho dissenso, as mudanças introduzidas no âmbito da legislação sindical foram poucas, embora politicamente importantes: o reconhecimento oficial das centrais sindicais e o seu financiamento com dinheiro proveniente do imposto sindical, mudanças aprovadas no segundo mandato de Lula (Lei 11.648/2008)” (2011, p. 11)²²

A participação de representantes dos trabalhadores nesse fórum era controversa. Para os dirigentes ligados ao PSTU, o fórum visava garantir a flexibilização das leis trabalhistas e sindicais, além de existir uma clara ilusão quanto ao caráter “tripartite” do fórum, uma vez que os “representantes dos trabalhadores” eram figuras indicadas pelo próprio governo, e não pelos trabalhadores. Contudo, há autores, como Araújo e Oliveira (2011), que destacam que, independentemente do resultado obtido, o FNT não deixou de ser

²²De acordo com o Relatório da Comissão de Sistematização do FNT, o objetivo da proposta de reforma sindical era: ‘Fortalecer as Centrais Sindicais e as Confederações de Empregadores como entidades nacionais e órgãos de direção da estrutura sindical de trabalhadores e empregadores’.

uma iniciativa democrática do governo para fomentar o diálogo entre os distintos setores acerca das mudanças que seriam propostas.

O PSOL, apesar de ainda estar dentro da CUT, lutou no interior desta central contra o apoio aos projetos de reforma, construindo, junto com o PSTU, inclusive, mobilizações, dias de luta e paralisações contra as reformas neoliberais promovidas pelo governo. Tais ações acabaram culminando em um encontro nacional convocado primordialmente pelo PSOL e pelo PSTU para organizar uma forte resistência contra o que ambas as organizações consideravam como grandes ataques à classe trabalhadora. Essa seria a primeira de muitas ações unificadas que o PSOL e o PSTU, apesar de suas divergências, organizariam conjuntamente.

Essa ampla mobilização, contudo, não ocorreu. Não somente pelo fato de que o movimento de trabalhadores não conseguiu se articular e organizar uma mobilização realmente efetiva contra esses projetos, mas porque o governo mudou de tática algum tempo depois, deixando de lado os acordos do FNT e aprovando em “fatias” algumas medidas do projeto de reforma inicial, de modo que seu impacto foi mais “leve” para os trabalhadores.

A reforma sindical constituiu um bom exemplo da contradição enfrentada pelos sindicalistas que vieram a participar da constituição do PSOL. Embora esse partido viesse a incorporar setores que, posteriormente, construíram a proposta da Conlutas, também estava dentro da CUT atuando como uma força de oposição à posição majoritária da Articulação Sindical, corrente que apoiava as propostas de reformas trabalhista e sindical. Essa situação deixou o PSOL em uma posição de isolamento, pois não estava de acordo com as diretrizes da CUT, mas também não fazia parte integralmente da construção de uma organização anti-governista.

2.2 Os processos de ruptura no interior da CUT

Para entendermos o por quê de duas entidades de esquerda terem surgido de modo separado no bojo de um mesmo processo, temos que traçar um perfil político-ideológico da Conlutas e da Intersindical. Para isso, é necessário resgatar o histórico dos grupos que posteriormente vieram a compor a Conlutas e a Intersindical, no que tange à questão do

descontentamento com a direção majoritária da CUT e suas respectivas propostas em relação a isso.

Em linhas gerais, a Conlutas surge fundamentalmente a partir da intervenção do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) que, enquanto estava dentro da CUT, atuava através do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), e junto a militantes independentes. Esse partido, desde o VIII CONCURT, em 2003, lançou a ideia da construção de um Encontro Sindical Nacional para tentar organizar uma oposição de esquerda ao governo Lula no movimento sindical. A proposta de tal encontro era a articulação entre os setores da esquerda da CUT (incluindo os que viriam a formar a Intersindical²³) por meio da criação de uma coordenação de lutas, que viria a ser a CONLUTAS.

Em resposta à sua criação, e a partir do fortalecimento do PSOL após o escândalo do Mensalão do PT²⁴, surgiu a Assembleia Nacional Popular e da Esquerda (ANPE), com a proposta de articular os setores que queriam se organizar contra as reformas neoliberais. A partir da experiência da ANPE, que realizou um encontro em setembro de 2005 e outro em abril de 2006, surgiu a Intersindical. Esta organização, ao contrário da Conlutas, agregava tanto setores que ainda optavam pela atuação no interior da CUT quanto os setores que com esta decidiram romper.

Apresentaremos a seguir cada uma dessas organizações.

2.2.1 Conlutas: uma ruptura precoce?

Embora as críticas do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS) em relação aos posicionamentos que a direção majoritária da CUT – a Articulação Sindical – vinha implementando na central tivessem se acumulado ao longo de toda a década de 1990, o VIII CONCURT, ocorrido em 2003, foi considerado por essa corrente como o auge do processo de transformações da CUT e da burocratização de suas instâncias. O evento foi um salto de qualidade na adaptação da central à institucionalidade, fazendo a CUT assumir um caráter

²³Correntes como: PCB, ASS, Enlace, CST, MES.

²⁴O “Mensalão” consistia num esquema organizado pelo PT de pagamento de uma “mesada” aos parlamentares de partidos menores para que estes votassem à favor das propostas daquele partido.

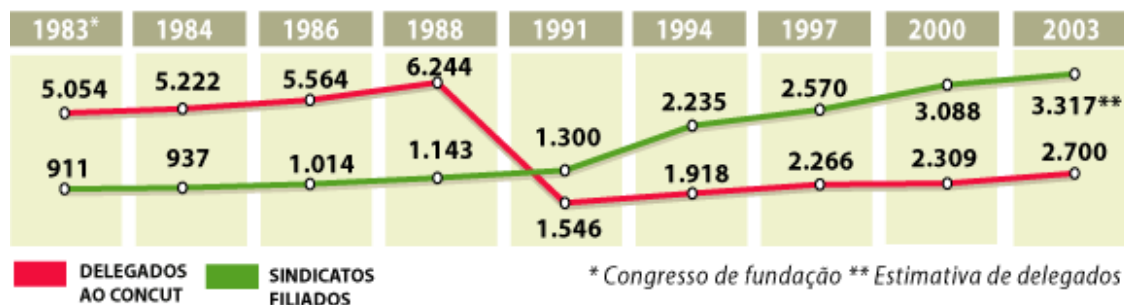
governista. A nosso ver, foi nesse momento em que começou a se desenhar mais claramente os primeiros traços da proposta de criação da Conlutas.

De acordo com o suplemento ao VIII CONCURT que o PSTU, partido que dirigia o MTS, lança em 29 de maio de 2003, o intuito da Articulação Sindical com esse congresso era justamente solidificar essa posição “chapa branca” em relação ao governo, uma vez que suas teses não só não tocavam em questões cruciais para o movimento de trabalhadores de então, como a reforma da previdência, como defendiam de forma aberta a política do governo. A ruptura com o FMI e o não pagamento da dívida externa, que a CUT sempre defendera, por exemplo, foram retiradas das resoluções aprovadas (Opinião Socialista, nº152).

Além disso, o suplemento afirmava que a indicação feita por Lula e a vitória de Luis Marinho – segundo o MTS, um conhecido defensor de políticas de flexibilização e precarização do trabalho – à presidência da CUT seriam a demonstração cabal tanto do atrelamento da CUT ao governo, quanto da impossibilidade de se disputar os rumos da central. Desse modo, o suplemento, mesmo que ainda não propusesse concretamente a ruptura com a CUT, considerava que a realidade estaria impondo a necessidade de construção de uma alternativa de direção à CUT, e esta seria uma responsabilidade das correntes da esquerda cutista.

O quadro a seguir, publicado no mesmo suplemento em questão, demonstra o problema da burocratização dos congressos, através da redução progressiva da representação dos sindicatos de base.

Quadro 1 - A central cresce, os congressos diminuem



Fonte: Jornal Opinião Socialista, nº 151.

Nesse mesmo contexto, o funcionalismo público protagonizava uma greve contra o projeto de reforma da previdência proposto pelo PT. Essa greve exprimia os primeiros sinais de um descontentamento ativo desses setores com o governo Lula e o PT, sentimento este que será a base para a discussão que o MTS desenvolveu posteriormente sobre a necessidade de ruptura com a CUT.

O processo de construção do PSOL, que se deu no mesmo período das propostas de reorganização sindical defendidas pelo PSTU, explica o nível de tensionamento existente em 2004 entre os setores ligados ao MTS, na CUT, e as demais correntes da esquerda socialista, quando da proposta feita pelo PSTU para a construção de um Encontro Sindical Nacional neste ano de 2004 em Luziânia. Este encontro visava ser um espaço de organização da esquerda contra os ataques promovidos pelo governo Lula aos trabalhadores pela via do Fórum Nacional do Trabalho²⁵.

De acordo com a entrevista que realizamos com Edson Carneiro, o Índio – dirigente do sindicato dos bancários e membro da corrente Enlace do PSOL (ruptura da DS) – embora o PSTU afirme que os setores que estavam construindo o novo partido (chamados de Esquerda Socialista Democrática) boicotaram o Encontro que aconteceu em Luziânia, o que houve foi que essas correntes simplesmente não deram o peso que o PSTU deu a esse encontro e que, nas palavras de Índio:

Eles enfiaram o partido inteiro e os demais setores foram lá... Enfim, era mais uma das atividades pra construir a luta contra as reformas, em particular a reforma da previdência e a reforma trabalhista... Esse fórum ele explodiu porque o PSTU, porque a mesa que ia falar, chegou dizendo "aqui quem manda somos nós", eles eram maioria... Sozinhos eles eram a maior força, eles jogaram todo o peso e ali já houve uma ruptura. Nós fomos pra lá pra discutir a luta contra as reformas e eles foram pra lá pra discutir a construção de... Naquele momento era uma coordenação, na semana seguinte era uma coordenação pra construir uma central (entrevista, 16/08/2012).

José Maria de Almeida, ex-membro da executiva nacional da CUT, ex-metalúrgico da Federação Nacional dos Metalúrgicos Democrática e Combativa²⁶ e presidente do PSTU, discorda dessa avaliação e afirma que houve, sim, um debate profundo e não abrupto sobre

²⁵ Ver Opinião Socialista, nº 169.

²⁶ Uma dissidência interna da CUT.

a ruptura, principalmente com a ASS²⁷. Segundo Zé Maria, os militantes que estavam participando da fundação do PSOL discordaram da estratégia de ruptura, argumentando que a CUT estava ainda em disputa e que a política correta seria continuar na CUT disputando por dentro. Afirmavam ainda que os que rompiam com a CUT iriam se isolar das massas, e que os que ficavam na CUT naquele momento romperiam com ela mais tarde, mas levando metade da central.

No Congresso da CUT, que aconteceu depois da nossa ruptura, este setor teve 6% dos votos, e só depois disso se convenceu que era, de fato, necessário romper para construir uma alternativa. Romperam, depois deste congresso, mas nunca se somaram à construção da Conlutas. Preferiram tentar a construção de uma alternativa própria, dividindo a esquerda combativa. Começou como Assembleia Popular Nacional de Esquerda, depois virou Intersindical, depois dividiu-se em duas intersindicais... (Entrevista, 25/06/2012)

Logo após o Encontro Sindical Nacional, devido às divergências com alguns setores do Fortalecer a CUT que participaram do Encontro, a coordenação nacional de luta contra as reformas se reuniu no dia 19 de março para reafirmar as deliberações votadas e acrescentar uma questão a mais: foi nesta reunião que foi decidida a construção da Conlutas, impulsionada pelo PSTU e por alguns setores do PSOL, como o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), Movimento de Esquerda Socialista (MES) e o Movimento Avançando Sindical (MAS) (Opinião Socialista, nº165, 167 e 168). Segundo Zé Maria:

O que levou as entidades que criaram a Conlutas a saírem da CUT foi uma necessidade objetiva: era necessário construir uma nova organização que se constituísse em um espaço para a construção da unidade na luta de todos os trabalhadores em defesa de seus direitos e interesses, na medida em que a CUT, por atrelar-se aos interesses do governo do PT perdera esta capacidade. Não era mais possível construir a unidade dos trabalhadores para lutar por seus direitos e interesses por dentro da CUT pela simples razão de que a CUT não defendia mais os interesses e direitos dos trabalhadores e sim os interesses do governo Lula e, por conseguinte, das grandes empresas que controlam o governo do PT desde 2003 (Entrevista, 25/06/2012).

Apesar da criação da Conlutas enquanto um organismo por fora da CUT, a Conlutas, em seu início ainda participou de iniciativas unitárias com a esquerda da CUT, como foi o

²⁷ Em entrevista realizada em 25/06/2012.

caso da Plenária Sindical Nacional, ocorrida em setembro de 2004, convocada para organizar a luta contra as reformas de Lula. A participação da Conlutas em espaços unitários como esse se justificava pelo fato da Conlutas ainda ser um organismo em construção (Relatório da coordenação nacional da Conlutas, 13/09/04).

Desse modo, embora a construção da Conlutas tenha sido votada em Luziânia e impulsionada por reuniões realizadas ainda em 2004, ela só foi oficializada enquanto uma central sindical e popular em 2006, no Congresso Nacional de Trabalhadores (o CONAT), realizado em Sumaré. O CONAT, entre outras questões, reafirmou a importância da Conlutas, mesmo enquanto uma entidade em separado, buscar a unidade com os demais setores da esquerda contra os ataques do governo, propondo a realização de um encontro nacional contra as reformas para março do ano seguinte.

O encontro que ocorreu em março de 2007 foi avaliado positivamente pelos setores da Conlutas, bem como a proposta de um Fórum de Mobilizações que foi votada. Contudo, a reunião da coordenação nacional da Conlutas, de 14 e 15 de abril daquele ano alertava para que a construção do Fórum não tirasse o foco da construção da própria Conlutas.

Desde esse momento, além do chamado para a unidade nas lutas com a Intersindical, a Conlutas vai enfatizar em boa parte dos seus fóruns posteriores a vontade de iniciar uma discussão sobre a construção de uma entidade que pudesse unificar esses dois setores²⁸.

O chamado à unificação com a Intersindical, contudo, vai ser oficializado no I Congresso da Conlutas, ocorrido em 2008, na cidade de Betim (MG) com cerca de três mil delegados²⁹. A proposta da Conlutas à Intersindical votada nesse congresso pode ser assim resumida:

Estabelecimento de uma agenda de discussões em torno aos temas estratégicos mais importantes, que ajudem a criar a base política para a unidade. Sugerimos os seguintes temas para compor essa agenda: 1. a estratégia política da organização; 2. O caráter e a concepção dessa organização; o sistema de direção dessa organização; 4. O balanço da experiência da CUT, burocratização e estrutura dos sindicatos” (relatório da reunião da Coordenação nacional da Conlutas de 29/02, 1 e 2/03 de 2008).

²⁸O chamado à Intersindical consta no relatório de praticamente todas as reuniões da coordenação nacional da Conlutas de 2007 a 2009.

²⁹Uma análise detalhada das bases sociais, políticas e econômicas dos delegados desse congresso encontra-se em Galvão, Marcelino, Trópia, 2013.

Apesar dos sucessivos chamados, até o fim de 2008, mesmo em meio a um debate interno sobre a possibilidade da unidade, a Intersindical não acenou com nenhuma resposta pública e a Conlutas, em contrapartida, lançou uma carta à Intersindical onde, ao desenvolver o processo de crise econômica mundial que se aprofundava, concluía, mais uma vez, que diante da crise do capitalismo surgia a necessidade da esquerda se unificar.

O chamado foi finalmente respondido quando, em janeiro de 2009, durante o Fórum Social Mundial em Belém (PA), a Conlutas, o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), a Pastoral Operária Metropolitana, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento Avançando Sindical (MAS) e os setores da Intersindical representados pela APS, C-SOL e Enlace; aprovam uma proposta de calendário para a discussão da reorganização e construção da unidade e a construção de uma comissão pró-central.

2.2.2 Intersindical: os impasses de uma organização

No Encontro Sindical Nacional que propôs a fundação da Conlutas, o Coletivo Fortalecer a CUT, composto pelos setores da esquerda do PT, apresentou um documento no qual se declaravam contra as reformas sindical e trabalhista. Estavam dispostos a construir uma unidade com o PSTU em torno desta luta, mas decididamente avessos a qualquer tipo de coordenação que pudesse ser constituída a partir desse encontro. Para esse coletivo, todas as deliberações retiradas do encontro deveriam ser submetidas aos fóruns deliberativos da CUT o que, obviamente, levaria à negação de qualquer proposta contra as reformas.

Para o PSTU, esta postura do Coletivo Fortalecer a CUT estava fadada ao fracasso:

Na sua defesa do indefensável, os companheiros confundiam a submissão às ‘instâncias deliberativas’ da CUT (como expresso em sua nota) com a ‘batalha pela base da CUT’. Nós estamos plenamente a favor de dar uma batalha contra a reforma em todas as instâncias da CUT e, em especial, nos sindicatos. O problema é como dar esta batalha. Se a restringimos ao aparelho da CUT ou se a levamos às lutas. (Uma polêmica, 2004)

Segundo Índio, porém, a saída da CUT era uma decisão precipitada:

(...) naquele momento a saída do PSTU, na nossa opinião foi equivocada, porque, primeiro, saiu sem nenhum debate. O Zé Maria informou os

membros da executiva nacional da CUT ligados ao campo de esquerda, ficava numa salinha lá, chegou "tamos saindo da CUT", pegou a malinha e foi embora e não discutiu nem com os sindicatos ligados a eles. O que a gente soube é que os próprios sindicatos ligados ao PSTU não sabiam da ruptura que eles estavam fazendo com a CUT.

Para nos ajudar a refletir sobre essa viva discussão provocada pela decisão de romper ou não com a CUT, retomamos as formulações de Lênin (1920) e, posteriormente, de Trotsky (1979) sobre a necessidade de intervenção nos sindicatos reacionários. Ambos consideravam que os sindicatos são, por si próprios, estruturas completamente vinculadas ao capitalismo, uma vez que sua função primordial é justamente a intermediação dos conflitos entre capital e trabalho e, desse modo, sozinhos não poderiam cumprir um papel de transformação mais profunda.

Nesse sentido, a tarefa dos revolucionários consistia justamente em ser a parte mais conscientemente ativa, fazendo com que a consciência dos trabalhadores organizados nos sindicatos pudesse avançar no sentido do questionamento do capitalismo. Para alcançar esse objetivo, os sindicatos mais atrasados e burocratizados seriam justamente o principal terreno onde a atuação dos revolucionários seria necessária.

Diante disso, levantamos como questão se tais definições de Lênin e Trotsky poderiam se estender também para o âmbito das centrais sindicais ou não. Criar uma nova agremiação corresponderia a deixar de disputar os setores mais atrasados do movimento operário? Ou a atuação nos sindicatos já cumpriria esse papel e a pluralidade na cúpula não afeta a intervenção sobre esses setores?

A criação abrupta da Conlutas, segundo os militantes que viriam a formar a Intersindical, rompia com o princípio leninista da necessidade de atuação dos revolucionários mesmo nos sindicatos mais reacionários. Mesmo em se tratando de uma central e não de um sindicato propriamente dito, a Intersindical ressaltava a importância histórica de um instrumento da classe trabalhadora com o porte e o significado que a CUT possuía. Desse modo, mesmo com o acoplamento da central ao governo, essa organização simbólica não poderia ser abandonada de forma artificial.

Não existia nesse momento um processo de descontentamento com o governo que fosse além de setores do funcionalismo público, que desde as primeiras discussões sobre o projeto de reforma da previdência de Lula já organizavam uma oposição. A Conlutas foi

formada com base nesse processo incipiente de politização no setor público e, segundo Índio, é justamente por conta de seu tamanho reduzido que esta passa a defender – se não como um princípio, como ponto importante de sua estratégia – a participação de setores como o movimento estudantil, de opressões e social.

Apesar dessa posição mais geral do Fortalecer a CUT, algumas das correntes que viriam a formar o PSOL apoiaram a construção desta nova alternativa e se incorporaram à criação da Conlutas. Estas correntes foram o MES, a CST, o MTL e a LSR.

Por conta das avaliações e experiências distintas com relação ao governo Lula, os setores da esquerda que ainda permaneciam na CUT optaram por uma forma de articulação contra as reformas que não colocasse em questão a manutenção da filiação à CUT. Surgiu, assim, a Assembleia Nacional Popular e da Esquerda (ANPE), com a proposta de, segundo a Carta Aberta da Assembleia Nacional Popular e da Esquerda:

unificar os lutadores para construir uma saída socialista para o país. Rearticular o movimento operário e popular, recuperar a capacidade dos trabalhadores intervirem na conjuntura; reagrupar a esquerda socialista; discutir os problemas teóricos e práticos da atuação política da esquerda socialista e a construção de uma plataforma socialista para o Brasil, que exige a unidade ativa dos trabalhadores do campo e da cidade. (Carta, 2005)

A Intersindical surgiu em 2006 como resultado do processo de articulação construído pela ANPE. Essa organização foi a materialização organizativa do acúmulo obtido com a Assembleia Popular e, ao contrário da Conlutas, agregava tanto setores que ainda optavam pela atuação no interior da CUT quanto os setores que com esta decidiram romper. O argumento era o de que, frente à degeneração da CUT, era necessária a construção de

nossa capacidade em colocar realmente em prática uma nova ação sindical democrática, plural, autônoma, socialista e baseada na independência de classe. O que exigirá, em primeiro lugar, uma postura autocrítica e generosa de nossa parte, oposta à qualquer tipo de sectarismo ou autoprocamação. (Intersindical, 2006)

Sobre a construção da Intersindical, Índio vai afirmar que, ao contrário do que fez o PSTU, esse processo foi resultado de uma longa discussão, que começou em 2004 e só se concretizou em 2006 por conta, inclusive, de divergências internas sobre os ritmos da ruptura que tiveram de ser respeitados, desde setores que defendiam a construção da Intersindical em

paralelo à permanência na CUT (ASS) até setores que só foram construir a Intersindical depois de romper com a CUT anos depois (APS). Veremos mais à frente que a Intersindical passará posteriormente por uma cisão entre alguns dos setores que ainda construíam a CUT e os que já haviam rompido e pretendiam avançar na organização de uma nova alternativa sindical junto com outros setores como o PSTU, por exemplo. Esta tentativa vai abranger, portanto, apenas o setor da Intersindical cujos sindicatos se encontravam fora da CUT e é o setor que nos detemos a analisar nesta dissertação.

Em dezembro de 2006, diante da perspectiva do aprofundamento dos ataques promovidos pelo capital às conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras, no segundo mandato do governo Lula, através de leis, medidas provisórias e administrativas e das reformas da Previdência, Trabalhista e Sindical, a Intersindical organizou seu I Encontro. Nesse encontro, no mesmo sentido da deliberação do CONAT, a partir da constatação de que era necessário superar a fragmentação existente no movimento operário, propõe a construção de um Encontro Nacional Sindical e Popular contra as reformas neoliberais em 2007 (Resolução do I Encontro Nacional da Intersindical, 2006).

Se até este momento as relações entre os setores da Conlutas e os da Intersindical se encontravam cindidas por conta dos debates sobre a ruptura com a CUT, as eleições presidenciais de 2006 serviram para retomar essa relação. O PSOL e o PCB se uniram ao PSTU para organizar a Frente de Esquerda, tendo Heloisa Helena como candidata à presidência. Desde aí, um calendário de lutas conjunto foi aprovado dando origem a campanhas, atos e à construção de manifestos de 1º de maio unitários. A partir de 2007, as duas organizações buscam retomar o significado da data como um dia de luta dos trabalhadores, por melhores condições de vida e trabalho, ao contrário das festas financiadas pelas grandes empresas, com sorteios e shows, organizadas pelas demais centrais ³⁰(CUT, FS, CGTB, UGT) (Galvão, Gonçalves, Lemos 2012).

Como reflexo desse processo, o Encontro Nacional contra as reformas ocorreu em 25 de março de 2007, organizado em frente única com a Conlutas e com setores do

³⁰ Uma iniciativa conjunta bastante importante naquele ano foi a realização de um grande ato que ocorreu em diversas cidades do país em 23 de maio de 2007, unificando além da Conlutas e da Intersindical, o MST e até mesmo alguns setores da base da CUT, com uma consigna contra as reformas do governo de Lula. Outro momento importante de unidade entre a Conlutas e a Intersindical ocorreu na organização de um plebiscito nacional conjunto pela reestatização da Vale do Rio Doce, também em 2007.

movimento popular (como uma parte do MST, por exemplo). Apesar da animosidade que ainda existia no ar por conta do processo de reorganização sindical devido às divergências envolvendo a Conlutas e a Intersindical, esse encontro se desenrolou de forma relativamente tranquila justamente por ser um encontro que objetivava apenas a elaboração de um calendário conjunto de lutas contra as reformas, sem tocar na questão organizativa.

Esse encontro deliberava a construção de um Fórum Nacional de Mobilizações, que seria um organismo para articular e concretizar as campanhas e o calendário votados (Manifesto do Fórum Nacional de Mobilizações, 2007).

No entanto, esse Fórum não se desenvolveu plenamente porque, segundo Índio:

Nós reunimos 5 ou 6 vezes, esse fórum. Nós fizemos boa parte dessas reuniões no SINSPREV-SP, inclusive. Ia (sic) umas 10, 15 pessoas da Intersindical e o Zé Maria. Um bocado de gente da Intersindical e o Zé Maria. Coordenação Nacional da Intersindical e o Zé Maria... Chegou na quarta vez, quinta reunião, a Júnia perguntou: "mas Zé, que história é essa? Que fórum é esse? A gente vem...". E o Zé: "É... nós não apostamos nesse fórum".

Então pra eles, eles queriam esvaziar qualquer outra iniciativa que juntasse gente porque, na opinião deles, o que deveria juntar os setores sociais que queriam lutar tinha que ser a Conlutas e nada mais. Então eles esvaziaram e aí essa reunião morreu, foi a última reunião e simplesmente a gente viu que não era possível ter nenhum espaço pra construir essas mobilizações, pra articular as mobilizações.

Então mais uma vez tava claro que o que eles queriam construir era um aparelho... Essa é uma concepção, uma visão que a gente tem da Conlutas. Isso tá muito mais claro pra mim cada dia que passa. A Conlutas não é uma central para as lutas dos trabalhadores... É uma organização, é um projeto do comitê central do PSTU. Um projeto do partido. Outras organizações também têm muita dificuldade em trabalhar essa separação entre movimento e partido. Isso não é uma coisa só deles...³¹

Nesse ponto voltamos ao problema dos impactos do surgimento do PSOL na construção da Conlutas. Em nosso ponto de vista, o fato de o PSTU ser um partido pouco relevante no âmbito eleitoral e de ter perdido a possibilidade de ampliar sua visibilidade e influência ao não conseguir captar os setores advindos do PT que vieram a conformar o PSOL, os levou a canalizar toda a sua militância e sua estrutura para o movimento sindical

³¹Nesse ponto, é interessante frisar as divergências entre a posição de Índio e a posição da Conlutas. Enquanto Índio afirma que a Conlutas não deu nenhum peso na organização do Fórum; o relatório de 14 e 15 de abril da reunião da coordenação nacional da Conlutas sustenta que tal Fórum só foi constituído no Encontro por insistência da própria Conlutas e que a Intersindical era contra sua criação a princípio.

por meio da construção da Conlutas, em detrimento da construção de espaços do movimento que poderiam ser considerados mais amplos por não pressuporem a adesão à Conlutas.

Em agosto de 2007, a Intersindical realizou a sua Conferência Nacional onde, além de reafirmar o compromisso com o calendário votado em março, agendou a realização do II Encontro Nacional da Intersindical para março de 2008.

Esse encontro da Intersindical acabou acontecendo só em abril de 2008 e, durante esse período, o setor da Intersindical vinculado ao PSOL definiu que, apesar dos problemas encontrados nos últimos anos para consolidar uma unidade de fato com os setores da Conlutas, essa unidade ainda assim era extremamente necessária.

Os militantes da ASS se manifestaram contrariamente à proposta feita pelo PSOL de iniciar discussões com a Conlutas acerca da possibilidade de uma unificação das entidades, acusando o PSOL de estar fazendo uma movimentação partidária em detrimento do movimento. Durante a votação, embora a proposta defendesse a abertura de um debate e não uma posição fechada, a ASS se recusou a votar e concluíram a plenária com um protesto que terminou na divisão da Intersindical em duas: *Intersindical, instrumento de luta, unidade da classe e de construção de uma central*, ligada ao PSOL; e *Intersindical, instrumento de luta e organização da classe*, vinculada à ASS e ao PCB. Neste estudo priorizamos a análise do setor vinculado ao PSOL, justamente por ser a ala que se envolve nas discussões sobre a unificação, um dos pontos que mais nos interessa nesta dissertação.

2.3 Proximidades na composição da Conlutas e da Intersindical

A pesquisa “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo” (Galvão, Marcelino e Trópia, 2013) traz dados interessantes a respeito da composição e das posições políticas dos membros da Conlutas e da Intersindical. Tais dados, obtidos por meio da aplicação de surveys aos delegados presentes nos congressos de ambas as agremiações, são de grande valia para nosso trabalho pois ajudam a compreender qual o perfil da Conlutas e da Intersindical e em que medida elas são realmente tão similares como afirmamos.

Ambas as organizações são integradas por trabalhadores com altos índices de escolaridade: 60,4% dos delegados da Conlutas e 62,8% da Intersindical possuem uma formação que vai do superior incompleto à pós-graduação, o que pode ser reflexo do grande

número de funcionários públicos que agregam. Este foi o primeiro setor descontente com as políticas do governo Lula e base do processo de reorganização sindical.

Nesse sentido, os dados da pesquisa informam que, de fato, tanto na Conlutas quanto na Intersindical esse setor é amplamente predominante, correspondendo à 55,6% e 54% do total de delegados, respectivamente.

Ainda como resultado dessa composição, a oposição ao PT e o apoio, no momento em que a pesquisa foi realizada, à candidata Heloisa Helena, do PSOL, nas últimas eleições, mostram também a preferência eleitoral anti-governista dos setores analisados das duas agremiações.

A clara vinculação partidária encontrada também é um elemento importante uma vez que, de acordo com os dados da pesquisa, “o PSOL era partido preferido de 82,1% de todos os delegados presentes no Encontro Nacional da Intersindical; já entre aqueles que eram filiados a algum partido, 94,1% o eram ao PSOL. No Congresso da Conlutas, 72,5% dos delegados entrevistados disseram ter o PSTU como partido de sua preferência; por sua vez 72,6% dos delegados que possuíam um vínculo partidário eram filiados ao PSTU” (Galvão, Marcelino e Trópia, 2013, p.12).

Esse ponto constitui o elemento fundamental de nossa hipótese, que sustenta que a preponderância dos partidos na Conlutas e na Intersindical explica as dificuldades encontradas no processo e na tentativa de unificação destas agremiações, como veremos no capítulo seguinte.

3. OS OBSTÁCULOS À UNIDADE

Nos dois capítulos anteriores abordamos as transformações na CUT que levaram ao questionamento dessa organização por parte de seus setores localizados como oposição ao governo de Lula e, em decorrência, os principais elementos do surgimento das duas alternativas organizativas que nos propusemos a analisar, a Conlutas e a Intersindical.

Como afirmamos na introdução deste texto, nosso objetivo é buscar entender os motivos que levaram ao surgimento de duas organizações pequenas e separadas dentro de um mesmo contexto e partindo de críticas similares à CUT. Nossa hipótese principal é a de que, apesar das tentativas, a construção da unidade entre essas duas centrais foi inviabilizada devido à hegemonia de dois partidos – PSTU e PSOL – na direção dessas organizações. Esses partidos buscavam, acima de tudo, garantir a preponderância de suas posições políticas nestas novas alternativas sindicais, o que constituiu um obstáculo para a obtenção de consensos e acordos, elementos fundamentais para a construção de uma alternativa unitária.

Em nossa visão, os principais pontos divergentes entre essas organizações políticas – os quais nenhum dos partidos estava disposto a ceder em prol da construção da unidade dizem respeito aos seguintes aspectos: 1. O posicionamento diante do governo Lula e do petismo; 2. As diferentes posições sobre os termos de funcionamento e composição de uma alternativa sindical e; 3. A concepção de transformação social presente no projeto de cada partido e as diferentes estratégias adotadas para alcançá-la.

Trataremos a seguir do fracasso da tentativa de unificação entre as duas agremiações e de cada um dos três aspectos citados acima, a partir da análise do discurso de dirigentes do PSTU e do PSOL, de textos divulgados nos sites nacionais destes partidos e, no caso do PSOL, de textos de correntes da direção desse partido. Ainda sobre o PSOL, ressaltamos que a opção por utilizar os textos do site partiu da hipótese de que os textos lá contidos, por serem divulgados pelo veículo nacional e unitário de comunicação do partido, representam a posição geral deste, não importando a corrente da qual o autor faz parte ou demais posições que possa ter expressado em outros veículos que não o site do PSOL.

3.1 Uma tentativa de unificação fadada ao fracasso?

Como descrevemos anteriormente, há tempos que o PSTU e a Conlutas eram favoráveis à unificação que passou a ser defendida pelo setor *Intersindical, instrumento de luta, unidade da classe e de construção de uma central*. Segundo Zé Maria,

os motivos que levaram à tentativa de unificação eram óbvios: a necessidade da unidade de todas as entidades e movimentos que eram dirigidos pela esquerda combativa, para fazer frente em melhores condições aos ataques que a classe vinha sofrendo – e sofre até hoje – por parte do empresariado em pleno neoliberalismo, e do governo que agia e age como capacho dos grandes grupos econômicos. (Entrevista, 25/06/2012)

Assim, ao longo do ano de 2009 se organizou uma série de seminários para discutir a construção da nova central e uma Comissão Pró-Central, que tinha por objetivo encaminhar as resoluções que eram acumuladas nos seminários. Esses seminários tinham o intuito de estabelecer os pontos de acordo e as divergências em relação ao programa e à forma organizativa da central a ser construída. Como resultado de um longo debate, as divergências puderam ser assim sintetizadas:

Elas diziam respeito a fatores organizativos (Quem faz parte da central: apenas sindicatos ou outros movimentos sociais? Como seria seu funcionamento? Como se escolhe a direção?), à concepção de democracia defendida por cada uma das correntes (Qual o peso das minorias? Como se decidem os conflitos entre diferentes posições?) e ao nome da nova organização (Deveria fazer referência às entidades que estariam se fundindo ou não?) (Galvão, Gonçalves e Lemos, 2012).

De acordo com Índio, apesar dessas discordâncias, a principal polêmica dizia respeito à questão da Executiva, pois a Intersindical defendia que esta executiva deveria ser eleita em Congresso, por considerá-lo o espaço onde se pode ter uma representação mais real da base; ao contrário da Conlutas, que defendia que esta executiva fosse eleita no espaço da coordenação, aberto a todas as entidades filiadas que teriam direito a um voto cada. A discordância da Intersindical nesse quesito estava no fato de que a atribuição de um voto por entidade nas reuniões dessa coordenação geraria uma enorme distorção do ponto de vista da representação e, possivelmente, no peso do PSTU.

Já de acordo com Zé Maria, a diferença realmente importante se revelou no campo da concepção de entidade, da alternativa que deveria ser construída. A maioria dos grupos que compunham a Intersindical defendia a construção de uma entidade que fosse dirigida na base do consenso entre os grupos políticos que atuassem em seu interior. Eram contra a construção de uma entidade de frente única – aqui entendida enquanto a tática de unidade de ação entre correntes e organizações com posições políticas distintas e até mesmo reformistas (Trotsky, 2000) –, que agrupasse organizações sindicais e populares, que tivesse instâncias compostas pela representação da base destas organizações e que fossem estas instâncias a decidirem pela central através do voto e não a partir do acordo entre os grupos políticos que a compunham.

Neste interim, as correntes MAS e MTL divulgaram que estavam rompendo com a Conlutas, alegando que esta central se encontrava hegemônica pelo PSTU, não deixando espaço para a participação de outras correntes. A principal polêmica que levou a esta ruptura foi o posicionamento contrário do PSTU ao governo de Hugo Chávez na Venezuela, que se opunha ao apoio que tanto o MAS quanto o MTL manifestavam em relação a este dirigente³².

O Seminário Nacional pró-unificação que ocorreu em 1 e 2 de novembro de 2009, apesar das diferenças, finalmente delibera a realização de um congresso com vistas à unificação, o Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT) para junho de 2010. Seus critérios de representação e modo de funcionamento são decididos durante o Seminário realizado durante o Fórum Temático de Salvador, em janeiro de 2010.³³

Apesar do aparente consenso quanto aos principais pontos divergentes (se definiu que a discussão das polêmicas sobre a composição, funcionamento e direção da nova central se daria apenas no congresso de unificação) e do entusiasmo dos setores envolvidos no processo de unificação, quando da realização do CONCLAT, em junho de 2010³⁴, a polêmica que aqueceu os ânimos no plenário foi a questão do nome da nova entidade que, segundo Índio, foi uma polêmica deixada em segundo plano nos seminários e reuniões de preparação.

³²Manifesto do MTL sobre a ruptura com a Conlutas, 2010.

³³Relatórios das reuniões da coordenação nacional da Conlutas de 11, 12 e 13 de 2009 e 29 de janeiro de 2010.

³⁴Nos dias imediatamente anteriores à realização do CONCLAT (3 e 4 de junho), a Conlutas realizou seu II Congresso, onde se discutiu o balanço da experiência da Conlutas; a aprovação da unificação; e os princípios, estratégias e programa que defenderiam para a nova central, bem como o caráter da organização, funcionamento da direção e o nome – Conlutas-Intersindical.

Uns dois meses, um mês antes... Um mês e meio antes do CONCLAT, eu fui num debate em Feira de Santana, na Universidade Federal de Feira de Santana. Lá os companheiros fizeram a proposta de que o nome que eles aprovariam era Conlutas-Intersindical e se seguiu a gargalhada do plenário inteiro... Aí, voltamos e tentamos discutir com eles e eles já tinham discutido, não queriam discutir. Toda reunião a gente pautava, né? Pra discutir as divergências, pra tentar chegar em acordo e eles não queriam pautar. Quando topavam pautar era o último ponto e todo mundo precisava ir embora... A gente falava pra eles: gente, isso aqui vai dar problema, porque desde o primeiro momento o acordo que nós fizemos lá atrás é que a gente ia construir um novo instrumento, uma outra coisa. (...) Quase a vida inteira eles falavam que era fusão e a gente falava não. Uma polêmica louca entre a palavra fusão e a construção de um novo organismo... E aí, a votação, até meia hora daquela votação nós fizemos reunião o tempo todo, não tinha jeito, nome, nome, nome, e fica a mesma, na mesma posição...

O fato é que os setores oriundos da Conlutas mantiveram a proposta do nome rechaçado pelos demais setores e a plenária “explodiu”, ou seja, a maior parte dos militantes da Intersindical deixou o plenário no meio do congresso, mesmo diante do apelo de dirigentes como Lujan Miranda, da APS e que compunha a comissão pró-central, para que os militantes não rompessem com o CONCLAT.

Segundo Índio, foi a própria pressão dos delegados do plenário que fez a direção da Intersindical tomar a decisão de se retirar da plenária, ou seja, não foi uma política discutida anteriormente. Para Zé Maria, a razão do fracasso foi justamente esta diferença em termos da concepção de entidade.

É interessante notar que, de certo modo, o discurso dos dirigentes do Enlace e do PSTU se aproxima na identificação dos fatores responsáveis pelo fracasso do CONCLAT: a tentativa do outro partido em enfraquecer a posição da base.

Para Índio e os setores vinculados à Intersindical, ao não aceitar o estabelecimento de acordos mínimos para a fundação da nova entidade, o PSTU buscava passar por cima dos setores dispostos a se unificar para garantir apenas a preponderância de suas posições políticas. Isso sugere que a Intersindical admitia que poderia ser minoria no CONCLAT.

Para Zé Maria, por sua vez, o problema com o PSOL e a Intersindical consistia exatamente na ideia de tentar preestabelecer acordos de antemão, o que isso feria a concepção de democracia operária do PSTU. Para este partido, o método do consenso entre

grupos políticos defendido pelo PSOL colocaria os acordos entre as organizações e, particularmente a posição do PSOL, acima da decisão da base que comporia a nova central.

O CONCLAT terminou fundando a Central Sindical e Popular-Conlutas (CSP-Conlutas) que seguiu agregando fundamentalmente os sindicatos e movimentos já anteriormente filiados a esta central, como o ANDES e a LSR, que se mantém no PSOL. A Intersindical seguiu contando com a APS, o Enlace e o C-SOL.

Apesar de terem sido realizadas algumas reuniões entre a CSP-Conlutas e os setores da Intersindical posteriormente ao congresso, nenhum avanço até agora ocorreu no sentido de tentar retomar o processo de unificação.

3.2 A importância dos partidos na definição das concepções e estratégias sindicais

3.2.1 Análise do governo Lula

Um dos principais debates ocorridos na esquerda de dentro e de fora do Partido dos Trabalhadores e entre diversos intelectuais que buscavam entender o contexto político após a eleição de Lula foi a tentativa de determinar o caráter desse novo governo: se seria uma mera continuidade do governo de Fernando Henrique Cardoso ou se poderia representar algum avanço para os trabalhadores e os movimentos sociais, ainda que na medida dos limites da correlação de forças entre as classes sociais no Brasil.

Para o PSTU, o governo de Lula foi indiscutivelmente uma continuidade do governo de FHC, principalmente devido à política econômica que sustentou, mantendo os altos juros e a utilização de grande parte do orçamento para o pagamento de juros da dívida pública. Podemos ver claramente esta posição a partir do seguinte trecho do jornal Opinião Socialista, órgão de imprensa do PSTU:

“A continuidade da política econômica recessiva de FHC, na medida em que segue privilegiando o pagamento das dívidas externa e interna através de elevadas taxas de juros, do aumento do superávit primário e dos cortes no orçamento das áreas sociais, leva inclusive a que setores do PT e do próprio governo Lula comecem a falar da necessidade de um Plano B. (...) Após dois meses do início do mandato, fica evidente que mesmo as promessas de que as taxas de juros cairiam e de que se adotaria uma política

que privilegiasse o setor “produtivo”, com vistas a retomar o crescimento econômico, foram abandonadas. O governo Lula não está se quer buscando fazer o ‘bolo crescer’, para depois repartir. Sua política econômica segue a mesma receita monetarista de Pedro Malan e do FMI, que só faz o “bolo murchar”. Enquanto isso, os banqueiros seguem com as maiores fatias e aos trabalhadores não restam nem menos migalhas.” (Continuidade, 2003).

Embora a eleição de Lula possa ter parecido uma grande conquista para a classe trabalhadora, um momento em que um real representante dessa classe chega ao poder, para o PSTU este governo já nasce com seu verdadeiro significado orquestrado pela burguesia e pelo imperialismo, ou seja, um governo de conciliação de classes em que um representante das classes populares é eleito apenas baseado na máxima de que “é preciso mudar algo para que tudo permaneça igual”.

O PSOL, por sua vez, embora ainda não existisse no momento em que o PT ascende ao governo federal, nasce com uma posição em relação aos anos já transcorridos do governo Lula, uma vez que seu surgimento vai ocorrer justamente por conta do descontentamento de alguns setores com as inflexões do PT. Sua posição se assemelha à do PSTU por considerar que o PT sofreu um intenso processo de transformações em seu programa e em sua prática política ao longo dos anos 1990, alinhando-se cada vez mais ao “status quo” da institucionalidade burguesa.

Contudo, avalia que, ainda assim, o PT cumpriu um papel progressivo de oposição e questionamento que levou os setores identificados como a esquerda desse partido a apostarem que a eleição de Lula em 2003 configuraria um grande avanço desde o ponto de vista da correlação de forças entre a burguesia e os setores populares, originando um governo afinado com os anseios da classe trabalhadora. A chegada de Lula ao poder, porém, evidencia a mudança radical promovida pelo setor dirigente do PT. O partido dava cada vez menos espaço para a democracia interna entre as correntes e esvaiu completamente seu potencial transformador da ordem capitalista, transfigurando-se num partido meramente eleitoral.

Embora nenhum dos setores que vieram a formar o PSOL esperasse que o governo de Lula “implementasse” o socialismo, era mais do que esperada uma política de reformas estruturais, capaz de abrir caminho para mudanças mais efetivas. Para o PSOL, no entanto, basicamente a política que o PT adotou desde o princípio no governo federal foi a garantia

dos ganhos econômicos do setor financeiro ao mesmo tempo em que promovia o desmonte dos serviços públicos

Tanto a posição do PSTU quanto a do PSOL em seu conjunto coincidem com análises elaboradas por alguns estudiosos que se propuseram a interpretar esse momento e sustentam a tese da continuidade, como Paulani (2009), Boito (2005)³⁵ e Toledo (2008). Toledo, por exemplo, combate a justificativa de alguns setores do PT de que a implementação de uma política econômica tão ortodoxa seria uma “tática” do governo para garantir uma credibilidade inicial frente aos investidores que estavam pessimistas em relação ao Brasil, configurando um momento transitório da economia brasileira.

Nesse sentido, Boito Jr. acrescenta um elemento extremamente importante para compreender os movimentos políticos e econômicos do governo de Lula, que é o conceito de bloco no poder, formulado por Poulantzas (1977). O conceito permite enxergar as disputas entre as distintas frações da classe burguesa que, se por um lado se unem em torno de um projeto comum de dominação capitalista baseada na manutenção da propriedade privada e da exploração da força de trabalho, por outro lado, possuem interesses específicos em luta.

Para Boito Jr. (2005), o setor claramente beneficiado nessa disputa foi o capital financeiro³⁶, e é nesse ponto que a política de Lula representa uma continuidade do governo de FHC, uma vez que os ganhos desse setor não foram tocados e, inclusive aumentaram ao manterem-se os principais pilares da sua hegemonia, a saber: a desregulamentação financeira que garante a livre circulação de capitais, o câmbio relativamente estável para garantir a conversão segura de moedas, pagamento das dívidas externa e interna em base a uma alta taxa de juros, altos *spreads* bancários e *superávits* primários.

Paulani adiciona a esta análise um questionamento acerca da situação financeira catastrófica que serviu de justificativa para a adoção de uma política econômica conservadora. Em artigo para a revista Crítica Marxista ao final do primeiro ano de mandato de Lula, Paulani argumenta que essa enorme instabilidade em relação à nossa economia foi forçada e que o PT sabia disso: os índices utilizados para justificar o cenário de medo e

³⁵ Boito Jr., posteriormente, vai apontar também a existência de elementos de descontinuidade. Esses elementos constam no texto “As bases políticas do Neodesenvolvimentismo”, elaborado para a edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV/São Paulo.

³⁶ Ainda que isso tenha levado também a um crescimento do grande capital industrial e agrário, uma vez que a política de *superávits* favoreceu o crescimento das exportações, principalmente em relação ao agronegócio.

desconfiança em relação ao Brasil foram basicamente o Risco Brasil, o C-Bond e o preço do dólar americano e estes, de fato, tiveram um comportamento adverso. Contudo, a autora sustenta que esse fato adveio da simples especulação, não se tratava de um problema estrutural. Assim, foi o “terrorismo eleitoral” promovido pelas elites nacionais e internacionais frente à possibilidade concreta de Lula ganhar as eleições que gerou um clima de receio geral do Brasil não honrar seus compromissos.

Não obstante, a “lógica da credibilidade”, como denomina Paulani, simplesmente não explica a mudança de rumo da política petista:

Esse tipo de credibilidade só se mantém se permanecerem inalteráveis na política econômica o ajuste fiscal implacável, o juro real elevado, a política monetária contracionista etc. Depois que se entra nesse jogo, qualquer movimentação no sentido contrário leva de roldão a ‘conquista’ tão duramente obtida e, junto com ela, as supostas condições de ‘estabilidade’ necessárias para o crescimento (p.15).³⁷

Para viabilizar e consolidar essa mudança, Lula propôs, logo no início do seu governo, a conformação de um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Segundo o porta-voz de Lula, André Singer, o objetivo do presidente eleito é que o Conselho

funcione como um fórum permanente de pacto social, uma discussão permanente entre todos esses setores da sociedade dos grandes problemas nacionais, dos grandes temas, das grandes reformas que pretende realizar no seu governo (Reuters, 6/11/2002, citado em “Pacto”, 2002)³⁸.

A primeira reunião desse conselho reuniu importantes representantes patronais e dos trabalhadores e definiu como objetivo a busca por consensos mínimos sobre os projetos de reformas. Diante disso, o PSTU definiu que nesse momento a tarefa da esquerda era, sem deixar de levar em consideração as ilusões que as massas ainda depositavam nesse governo, explicar pacientemente que governo não era um governo para os trabalhadores e que não poderia haver pacto entre setores desiguais³⁹.

Embora Lula tenha apresentado com estardalhaço o “Fome Zero” como um grande programa social, por exemplo, seu custo foi menor do que a quantia que seria revertida a

³⁷Para uma análise que enxerga a política econômica como uma tática para construir um governo mais progressista posteriormente, ver: Anderson, Perry. O Brasil de Lula. Novos Estudos, 91. Novembro, 2011.

³⁸Singer publicou em 2012 um livro dedicado à analisar o governo Lula: Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, Cia. das Letras, 2012

³⁹Opinião Socialista, nº 140, 2002.

banqueiros internacionais, uma vez que Lula deixou claro que não romperia com os acordos promovidos pelo governo de FHC, e, para garantir o cumprimento desses acordos, a saída seria a implementação de reformas neoliberais que FHC não conseguiu fazer, flexibilizando direitos trabalhistas e precarizando a aposentadoria⁴⁰.

Apesar de José Alencar ter sido escolhido como vice-presidente, representando claramente o setor industrial nacional, uma vez que este era um dos maiores empresários da indústria têxtil brasileira, a política de Lula de manutenção dos altos juros e da garantia do superávit para o pagamento da dívida pública foi uma clara demonstração de seu favorecimento ao setor financeiro e de seu intuito de promover a continuidade da política econômica de FHC.

A relação próxima do governo com o setor financeiro e a continuidade com os anos do governo do PSDB foi tratada por vários intelectuais. Em entrevista ao jornal Brasil de Fato, Carlos Nelson Coutinho, um dos fundadores do PSOL, explica a ruptura com o PT e a possibilidade de construção de um novo partido, explicando bem o posicionamento que o PSOL assume face ao governo:

O adversário da aliança entre trabalhadores e burguesia industrial, expressa na chapa Lula-José Alencar, deveria ser o capital financeiro, nacional e internacional. Ou seja: fazer alianças não significa propor uma "concertação", uma geleia geral em que os adversários não sejam identificados, em que todos sejam tratados como aliados. Ora, como é impossível conciliar todos os interesses conflitantes, a tal "concertação" tem significado na prática uma capitulação do governo Lula aos interesses do capital financeiro, ou seja, à fração atualmente predominante no bloco de poder. Pelo menos até agora, estamos diante – como diria o Chico de Oliveira – não de uma nova era, a da vitória da esperança contra o medo, mas do terceiro governo da "era FH". Somente uma forte pressão social, vinda de baixo, pode modificar a direção adotada pelo governo Lula neste pífio primeiro ano de atuação. Sou cético quanto a isso, mas não descarto a possibilidade de que ocorram mudanças tópicas. Devemos nos empenhar para que ocorram. (O país, 2004)

Para o PSTU, por sua vez, a chave para entender o porquê de a burguesia ter permitido que um representante das classes populares ascendesse ao poder está na caracterização de que Lula constituiu um governo de frente popular.

⁴⁰Idem.

3.2.2 PSTU: as críticas aos governos de frente popular

Frentes Populares são todos os governos encabeçados por partidos de trabalhadores, mas apoiados pela burguesia (Trotsky, 1977). Esse fenômeno não é usual, uma vez que a burguesia costuma e prefere governar com seus próprios partidos, utilizando as direções “traidoras” da classe trabalhadora enquanto uma “oposição responsável”. A burguesia só admite que os partidos representantes da classe trabalhadora assumam diretamente o poder em momentos de situações políticas extremas.

Para entender esse esquema, basta olhar nossa história recente. Desde o final dos anos 1990, o projeto neoliberal de FHC se desmoralizou enormemente perante as massas, que resolveram dar um voto de confiança no PT e em Lula. Por outro lado, sentindo a aproximação de uma forte crise, um setor da burguesia também resolveu dar um voto de confiança em Lula, mas com o objetivo oposto: manter a exploração capitalista e evitar a explosão de uma crise revolucionária. Em linguagem popular, “entregaram os anéis para não perder os dedos”. Devemos admitir que foi uma sábia decisão e que Lula não os decepcionou. Além do governo Lula, os governos de Evo Morales, na Bolívia, Fernando Lugo, no Paraguai, Rafael Correa, no Equador, Daniel Ortega, na Nicarágua, Salvador Allende, no Chile da década de 1970, François Mitterrand, na França dos anos 1980 e vários outros se enquadram nesta classificação (O que é, 2010).

A existência de um governo burguês, mas dirigido por um representante popular gera uma enorme confusão na cabeça da classe trabalhadora que, ao constatar que os ataques às suas condições de vida continuam, minimiza-os ao compará-los com os antigos governos. Dessa forma, os governos de frente-popular servem para tentar implementar, inclusive com o apoio de direções populares cooptadas, os ataques e ajustes que a burguesia sozinha não teria condições de impor. Nesse sentido, portanto, os governos desse tipo não são um “mal menor” frente a um possível governo diretamente burguês, e sim um mal enorme, uma vez que influencia diretamente a percepção que os trabalhadores têm do governo e de seus representantes, confundindo-os subjetivamente.

Nesse sentido, o PSTU defende que a tarefa dos revolucionários é atuar de forma muito equilibrada nessas situações, sem ser sectários com os que depositam esperanças nesse

tipo de governo, mas ao mesmo tempo fazendo uma oposição intransigente a esse governo que não deixa de ser burguês⁴¹.

A frente popular, portanto, é uma tática utilizada geralmente para desviar de forma “democrática” um ascenso popular, um último recurso antes da utilização da força propriamente dita. Mas se no Brasil definitivamente não existia essa forte mobilização de massas, como as ocorridas nos casos históricos que citamos em que as frentes populares foram utilizadas como saída, por que o PSTU afirma que no Brasil a burguesia se utiliza dessa mesma alternativa por meio do governo Lula?

Nesse ponto, o PSTU introduziu um conceito novo, e defendeu que no Brasil o que ocorre é a instauração de uma “Frente Popular Preventiva”⁴², ou seja, que a burguesia brasileira estava impactada pelo processo de revoluções ocorridas na América Latina a partir do ano 2000, onde as massas se levantaram contra, e em alguns casos efetivamente derrubaram os governos, como ocorreu na Argentina (com De la Rúa), na Bolívia (com Sanchez de Losada) e no Peru (com Alejandro Toledo) e queria evitar que essa possibilidade ocorresse também no Brasil (Arcary, 2004, Almeida, sem data)

Nesse sentido, o PSTU defende que “o fator objetivo que determina a aparição da Frente Popular é o elemento mais subjetivo do movimento operário, o de sua crise de direção revolucionária.” Se não houver uma direção revolucionária capaz de fazer com que a classe operária enxergue além das ilusões da frente popular, a maior possibilidade é que esta se converta rapidamente em bonapartismo⁴³ ou fascismo. Apesar desse risco, a frente popular se configura como uma oportunidade ímpar para que a classe operária avance, pois é justamente o momento em que o papel reacionário de suas próprias direções se torna plenamente visível⁴⁴.

Veremos mais à frente como essa “oportunidade” que o PSTU enxerga com o governo Lula vai influenciar decisivamente no tipo de entidade que o PSTU propõe construir, primeiro a partir da Conlutas e, depois, a partir da tentativa de unificação com a Intersindical.

⁴¹ Opinião Socialista, nº 411, 2010.

⁴² Opinião Socialista, nº 285, 2006.

⁴³ Bonapartismo é uma forma de dominação do Estado burguês baseada em um equilíbrio entre as frações burguesas que impede qualquer uma de ser hegemônica e que leva este Estado a assumir uma dominação aparentemente “por cima das classes”, mas fundada na força e em uma figura carismática. Essa discussão detalhada encontra-se em “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, de Karl Marx.

⁴⁴ Opinião Socialista, nº 140, 2002.

3.2.3 As críticas do PSOL à financeirização da burocracia sindical

Em entrevista ao jornal Brasil de Fato em 2004, Ricardo Antunes, professor da Unicamp e membro do PSOL, também, avalia que o governo Lula foi marcado muito mais pela continuidade do que pela ruptura com o governo de FHC, aprofundando as políticas neoliberais que este implementou.

Para Antunes, esse processo de transformação tem a ver com as próprias mudanças ocorridas com o advento do neoliberalismo no Brasil. Isso porque o fato acabou gerando um contexto diferente do qual surgiu o PT, levando este partido a mudar sua base social e a defender um programa cada vez mais moderado como forma de se apresentar como uma alternativa viável para as eleições, superando as sucessivas derrotas nas eleições presidenciais que o PT viveu.

Segundo Antunes, existe uma relação de complementaridade entre os setores do capital financeiro e o setor oriundo do sindicalismo cutista, que investiu pesado nos fundos de pensão. Com o argumento de um déficit enorme nas contas da previdência, a reforma previdenciária para o setor público, ao implementar um teto para a aposentadoria, obrigou os servidores a passarem a contribuir com fundos de previdência complementar, abrindo uma fatia suculenta para esse negócio.

Desde a ascensão do governo Lula, ocorre uma mudança brusca na relação do sindicalismo com o aparelho de Estado, uma vez que Lula nomeou uma série de quadros oriundos do sindicalismo cutista para ocupar posições estratégicas para o governo.

O PSTU corroborou essa análise, desenvolvida teoricamente pelo futuro membro do PSOL Francisco de Oliveira em “O ornitorrinco”. Braga e Bianchi, no texto “A financeirização da burocracia sindical no Brasil”, se remetem à Oliveira para concordar com sua tese:

Na opinião de Oliveira, a aproximação entre “técnicos e economistas doublés de banqueiros” e “trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência” serviria para explicar as convergências programáticas entre o PT e o PSDB e compreender, em última instância, o aparente paradoxo de um início de mandato petista que, nitidamente subsumido ao domínio do capital financeiro, conservou o essencial da política econômica estruturada pelos tucanos em torno do regime de metas de inflação, do câmbio flutuante e do superávit primário nas contas públicas.

Ao mesmo tempo em que Oliveira avançava a tese da “nova classe”, apresentamos a hipótese de que o vínculo orgânico “transformista” da alta burocracia sindical com os fundos de pensão poderia não ser suficiente para gerar uma “nova classe”, mas seguramente pavimentaria o caminho sem volta do “novo sindicalismo” na direção do regime de acumulação financeiro globalizado. Apostávamos que essa via liquidaria completamente qualquer possibilidade de retomada da defesa, por parte desta burocracia, dos interesses históricos das classes subalternas brasileiras. Chamamos esse processo de “financeirização da burocracia sindical” (A financeirização, 2012).

Para o PSTU, na realidade a previdência é superavitária e o que ocorre é que nem todas as suas fontes de recursos são efetivamente repassadas para seus cofres (como a CPMF, COFINS) e acabam sendo utilizadas para o pagamento da dívida interna⁴⁵.

3.3 Organização sindical: composição e direção

Entendemos burocratização no meio sindical como a criação de uma camada de “especialistas”, no caso a direção sindical, que acaba se separando dos demais, muitas vezes por meio de privilégios, gerando uma fragmentação entre esse setor e os demais por conta da falta de mecanismos democráticos que garantam a participação política. Somamos a esta ideia o fato de que esta participação política só pode ser plenamente concretizada por meio dos conhecimentos necessários à interpretação lúcida dos acontecimentos em questão e, nesse sentido, a falta de formação teórica dos operários também é uma questão que sedimenta o terreno da burocratização (Lênin, 1988).

Tanto Trotsky (1979), quanto Lênin (1920) levantaram essa problemática da burocratização e a explicaram a partir da análise estrutural dos sindicatos, afirmando que estes possuem uma limitação a sua ação transformadora desde sua origem por serem, ao contrário dos partidos políticos, instâncias pertencentes ao sistema capitalista, nascendo como uma forma de mediação entre capital e trabalho e, por isso mesmo, provando a contradição entre ambos. Isso não significaria, contudo, que a burocratização é inevitável, mas que a própria origem dos sindicatos como parte do capitalismo favorece a aparição destes elementos.

⁴⁵ Entrevista com a advogada Marilinda da Conceição Marques Fernandes, OS nº 142, 2003.

Nesse mesmo sentido, Perry Anderson sustenta que o fenômeno da burocratização, ou seja, da falta de democracia nos sindicatos, deveria ser entendido não como fruto de um motivo específico, mas sim nos termos da própria natureza do sistema em que o sindicato se insere, o capitalismo – que não é democrático. (Anderson, 1980).

A questão da falta de democracia nos espaços organizativos e a constituição de uma camada privilegiada no interior da CUT ao longo dos anos 1990 leva à abertura de uma discussão sobre os rumos da central e as possibilidades de disputa deste espaço. Nesse marco, partindo da questão da ruptura com a CUT, o PSTU e PSOL tiveram posições bastante distintas em relação a que tática adotar frente à burocratização que ambas as organizações atribuíam a esta central.

O PSTU, desde 2003, teve muito clara a defesa da necessidade de ruptura com a CUT e a construção de uma nova alternativa sindical. O PSOL, por sua vez (cujas correntes diversas neste momento ainda compunham a esquerda do PT) enxergava a posição do PSTU como uma atitude extremamente vanguardista, que não levava em consideração a ilusão que a maioria do movimento operário organizado ainda nutria em relação à CUT e sua direção petista e, portanto, optaram por permanecer na CUT disputando a influência desse setor.

Para fundar a Conlutas, o PSTU sempre partiu da defesa da criação de uma organização de natureza sindical e popular, baseadas nas experiências da COB boliviana e da CTA argentina⁴⁶. A Conlutas, nesse sentido, desde sua fundação incluiu, além dos trabalhadores representados pelos sindicatos, trabalhadores terceirizados e inseridos no mercado informal (flanelinhas, por exemplo), movimento estudantil, movimentos sociais e contra as opressões⁴⁷.

A Intersindical foi formada nesta mesma conjuntura, como abordamos no capítulo anterior, após uma experiência de organização coletiva com outros grupos chamada de Assembleia Nacional Popular e da Esquerda.

⁴⁶Reproduzimos aqui a análise do PSTU sobre a COB: “A COB é bem mais que uma central sindical. Agrupa o conjunto das massas bolivianas, incluindo camponeses, estudantes, camelôs etc. Todos, menos a burguesia, os militares e a Igreja. Por isso, é considerada uma ‘Central do Povo’, que tem uma direção estatutariamente reservada aos mineiros, vanguarda histórica do proletariado boliviano” (Bolívia, 2003).

⁴⁷Contudo, não consideramos que a proposta inovadora de composição da Conlutas seja um meio seguro de evitar a burocratização, pois isto poderia ocorrer do mesmo modo ao se constituir uma direção, a partir destes setores, que se separasse da base. O combate à burocratização passa não apenas pela composição, mas também pela forma de composição da direção, assunto que abordaremos mais adiante.

Quando a Intersindical surgiu, nem todas as correntes do PSOL foram construí-la e, das que foram, nem todas haviam rompido com a CUT. Além das que estavam na Conlutas, havia correntes como a APS, uma das principais correntes internas do PSOL e que esteve presente em sua direção nacional desde o primeiro congresso desse partido, que ainda permaneciam na CUT e que só foram se juntar à construção da Intersindical em 2008. Ou ainda o Enlace, que embora construísse a Intersindical desde o princípio, não havia rompido com a CUT, uma posição que era considerada por outros setores do PSOL como um entrave ao fortalecimento da Intersindical.

Os dois primeiros congressos do PSOL se manifestaram a favor da construção de uma tentativa de unidade do movimento sindical anti-governista, mas foi somente a partir do segundo congresso do PSOL que passaram a ocorrer iniciativas concretas no caminho da unidade pois, ainda que em 2007 tenham ocorrido importantes ações unitárias entre Conlutas, Intersindical e outros setores, como a construção da Frente de Lutas contra as reformas, estas iniciativas se limitavam apenas a organizar ações unificadas e não tinham o intuito de sedimentar a possibilidade de uma união organizativa dessas centrais.

No I Congresso da Conlutas (ocorrido em 2008, em Betim – MG), a Conlutas delimitou um percentual máximo para a representação estudantil como forma de garantir, de fato, a preponderância dos trabalhadores nas decisões tomadas pela organização. Além dessa forma pouco usual de composição da entidade, a Conlutas organizou seu funcionamento através de uma Coordenação nacional, composta pela representação direta das entidades filiadas.

A questão da composição é polêmica e se baseia na visão do PSTU sobre os novos desafios colocados para a classe trabalhadora no próximo período:

A construção de uma organização que possa aglutinar todos os setores em luta e direcioná-la de forma correta exige que esse instrumento tenha a vocação de ser de massas, de frente única, plural e democrático. Assim será capaz de unir a todos que estão na luta, independentemente de suas opções políticas, ideológicas, de credo religioso etc. A construção de alianças de classe necessárias para os enfrentamentos futuros deve começar desde já, pois isso não se pode improvisar (Tese para o Conclat, 2010, p. 23).

Veremos um pouco mais abaixo que essa concepção sobre a composição da entidade baseia-se em uma posição estratégica que o PSTU defende a respeito da conjuntura da América Latina.

Como desenvolvemos no capítulo anterior, a partir de 2008 um setor da Intersindical e da Conlutas buscaram se articular para consolidar uma proposta de construção de uma entidade unitária. Esse processo foi marcado por muitas discordâncias, algumas superadas no decorrer das discussões enquanto outras permaneceram.

O Seminário Nacional de Reorganização, ocorrido entre 1 e 2 de novembro de 2009, decidiu convocar um congresso de unificação para 2010, em que se definiriam as diferenças levantadas nos 25 seminários regionais ocorridos antes do seminário nacional. A Intersindical, a princípio, tinha desacordo com a proposta de votação das diferenças no Congresso, contudo, no fim do seminário alterou sua posição e concordou com a proposta.

Ao término deste seminário foi votada também a construção de uma Coordenação pró-central, com a seguinte representação: 9 membros da Conlutas, 9 da Intersindical, 2 do MTL, 2 do MTST, 2 da Unidos para Lutar, 2 do MAS, 2 da Pastoral Operária, 2 da Corrente Trabalho e Emancipação e 2 da FOS. Em 30 de janeiro de 2010 ocorre uma plenária no Fórum Social Mundial temático, em Salvador, para discutir os critérios de eleição de delegados para o congresso⁴⁸.

Em linhas gerais, as duas principais diferenças entre a Conlutas e a Intersindical referem-se à composição da nova central e ao funcionamento de sua direção. Quanto ao primeiro ponto, o PSTU defendia que a nova central fosse conformada por sindicatos, movimentos sociais, de luta contra as opressões e pelo movimento estudantil. Já em relação à segunda questão, o PSTU defendia, como forma diretiva, uma coordenação composta por representantes das entidades que comporiam a nova central, na qual cada representante teria direito a um voto. As deliberações dessa coordenação poderiam ser encaminhadas por uma executiva, eleita pela coordenação.

A defesa tão intransigente da participação dos movimentos sociais por parte do PSTU baseava-se na visão de que a exploração capitalista é tão profunda que obriga milhares de pessoas a viverem em condições sub-humanas, sem alimento, sem moradia, vítimas da

⁴⁸ Opinião Socialista, n° 398, 2010.

marginalização que o Estado capitalista as submete. Nesse sentido, a luta pela reforma urbana, e pela reforma agrária, seria parte da luta dos trabalhadores como um todo. Os movimentos populares também organizam trabalhadores, mas principalmente aqueles informais, desempregados etc. que não podem ou não conseguem se organizar sindicalmente⁴⁹.

A fundação da Conlutas inaugurou no Brasil uma forma de organização inovadora, composta pelos movimentos sociais, contra as opressões e pelo movimento estudantil. Essa composição baseava-se em experiências como a da COB boliviana, mas era pautada também no papel estratégico que a aliança com esses setores pode promover, sem deixar de lado a importância central que o operariado industrial tem do ponto de vista da transformação social.

Para o PSTU, o papel do imperialismo e a divisão internacional do trabalho trouxe para os setores explorados e oprimidos uma miséria crescente, o que torna necessária a maior unidade possível com esses setores de massas. Além disso, é estratégico perceber que os processos revolucionários pelos quais a América Latina passou nos últimos anos foram protagonizados por setores populares e camponeses, com organizações de caráter semelhante encabeçando essas revoluções, como a COB na Bolívia e a CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais) no Equador⁵⁰. É essa experiência que o PSTU queria reproduzir no Brasil para se preparar para futuros embates como os que ocorreram nesses países.

Nas palavras de Zé Maria:

O povo, ele pode se rebelar, pode lutar, pode derrubar um governo, mas sem que haja um polo consciente que dirija, que direcione essa luta até a destruição do estado e a construção de um outro que possa representar de fato os trabalhadores, não tem transformação da sociedade. Então, o polo consciente, o partido revolucionário, ele é fundamental pra revolução, pra transformação da sociedade na nossa opinião. No entanto, as organizações de massa também o são. Nós não temos a concepção de que é o partido que toma o poder e de que é o partido que governa. Nós não somos a favor de governo de partido único, nós temos uma avaliação crítica da história que foi o estalinismo. Então pra nós, a existência de organizações de massa que possam agrupar todo o povo em luta, pra disputar, tomar o poder e governar o país depois são fundamentais, imprescindíveis tanto quanto” (Zé Maria, entrevista, 12.03.13).

⁴⁹ Opinião Socialista, nº 401, 2010.

⁵⁰Esses processos revolucionários que o PSTU indica que ocorreram na América Latina a partir dos anos 2000 são explicados de forma detalhada no livro “As esquinas perigosas da história”, de Valério Arcary.

Por fim, o PSTU afirma que o movimento estudantil também pode cumprir um papel fundamental na luta dos trabalhadores quando armados com uma perspectiva classista, assim como os movimentos contra as opressões. Esse é o caso do maio francês de 1968, que mostra como a radicalidade dos estudantes ajudou nas mobilizações operárias; das mulheres tecelãs da Rússia, cuja mobilização foi o estopim da Revolução Russa de 1917; da opressão aos negros haitianos, que combinada com a exploração capitalista, resultou numa revolução que constituiu a primeira república negra da América Latina etc.

Os setores do PSOL que compunham a Intersindical, por sua vez, defendiam a construção de uma central composta apenas por sindicatos e oposições sindical, sem a presença de outros setores, que, sem serem excluídos das lutas, poderiam se articular com o movimento sindical através da construção de um fórum de lutas. Sobre a forma de direção, a Intersindical defendia que, em um primeiro momento, as decisões fossem tomadas com base em um comum acordo entre as correntes que comporiam essa direção, eleita no congresso da central⁵¹.

O PSOL, embora a princípio tenha se posicionado contra a incorporação dos movimentos sociais, rapidamente cedeu em sua posição, passando a defender a representação de alguns deles na central. O partido assumiu essa posição baseado na tese de que a classe trabalhadora se fragmentou e se diluiu fortemente com a implementação do neoliberalismo o que, somado à miséria que este modelo econômico resulta, traz à tona a necessidade do movimento sindical pensar a incorporação dos setores vítimas destas transformações, como os trabalhadores rurais ou sazonais, os movimentos por demandas como moradia – fruto da miséria urbana e do desemprego, os terceirizados etc.

Todavia, a tese apresentada ao Conclat pela Intersindical reafirmava sua negativa em incorporar os movimentos contra a opressão e o movimento estudantil. A justificativa para essa posição era fundamentada no caráter policlassista desses movimentos. Além disso, sobre o movimento estudantil, a Intersindical afirmava que este representava uma parcela ínfima da juventude brasileira, dado o caráter elitista do ensino superior brasileiro. Os poucos jovens trabalhadores que frequentavam o ensino superior estariam representados na central através da representação sindical de suas categorias de trabalho. Nem por isso, na visão da

⁵¹ Opinião Socialista, nº 395, 2010.

Intersindical, o movimento estudantil e os contra as opressões deveriam deixar de compor a unidade em lutas específicas, que seriam organizadas pela via de um Fórum de Mobilizações que se reuniria para aglutinar os movimentos do mundo do trabalho com estes outros setores.

O PSTU reconhecia o caráter policlassista desses movimentos, admitia a existência de setores diretamente burgueses inseridos no movimento estudantil e contra as opressões, mas entendia que se estes adotassem o programa dos trabalhadores, não haveria porque negar a unidade com os que lutam.

A Intersindical alertava para a possibilidade de existir uma dupla representação no caso de outros setores para além do sindical serem incorporados à central, ou seja, de uma mesma pessoa ser representante de um sindicato e de um movimento contra as opressões, por exemplo. Nesse caso, a resposta do PSTU era bastante simples, bastava que a central estabelecesse mecanismos em seus estatutos para que isso não ocorresse.

Em relação ao movimento estudantil, é importante notar que, em sua maioria, com exceção da LSR, as correntes do PSOL, embora tenham rompido com a CUT, nunca saíram da UNE. Essa entidade, por sua vez, sofreu um processo parecido com a CUT, deixando a oposição histórica ao governo federal e tornando-se não só governista, mas um braço importante do governo na implementação da Reforma Universitária e do PROUNI⁵².

Para o PSTU, existia uma relação entre a negativa da Intersindical em incorporar os movimentos contra as opressões e o movimento estudantil e o fato de que as organizações que a compõem se organizavam dentro da Marcha Mundial de Mulheres e da UNE. Ou seja, queriam romper com a influência do governismo no movimento sindical, mas não se propunham a fazer o mesmo nestes movimentos também dirigidos majoritariamente por setores próximos do governo, mas nos quais o PSOL possuía uma penetração importante⁵³.

⁵²A Reforma Universitária consistiu na proposta de um “pacote” de transformações com o intuito de sanar a crise de financiamento das universidades através de medidas como a implementação do ensino à distância e o aumento da autonomia das universidades para captar verbas privadas. Tal como as reformas trabalhista e sindical, ela não pôde ser aprovada em conjunto e, desse modo, algumas de suas medidas foram implementadas por “fatias”, como foi o caso do Reuni, um programa que aumentou em muito as vagas nas universidades federais mas que, para um segmento importante do sindicalismo docente, não contou com a verba correspondente para garantir a qualidade do ensino e a estrutura necessária. Para maiores detalhes sobre as críticas àquilo que o sindicalismo docente considera como a flexibilização do ensino, ver: ANDES. A Educação Superior em Perigo, 2007.

⁵³Opinião Socialista, nº 402, 2010.

Para nós, esse fator ajuda a explicar a posição contrária dos setores do PSOL à participação do movimento estudantil nas fileiras da nova central. Se na CUT há tempos a oposição não conseguia cargos de direção relevantes, totalmente hegemonzados pela Articulação Sindical; na UNE a esquerda do PT e, posteriormente o PSOL, embora não tenham o peso de direção da entidade, ainda se mantinham em cargos importantes. A entrada do movimento estudantil na nova central significaria abrir mão da influência que o PSOL tem sobre alguns setores da UNE, contrários a uma aproximação com a ANEL (a organização estudantil impulsionada pelo PSTU).

Quanto à forma de direção, nenhuma corrente da comissão pró-central tinha desacordo sobre a existência de uma coordenação nacional que reunisse representantes de todas as entidades que viessem a compor a nova central, A divergência residia na conformação de uma executiva que, para o PSTU, deveria ser eleita pela coordenação e seus membros deveriam ter mandatos revogáveis e, para o PSOL, devia ser eleita no congresso, com mandatos irrevogáveis. Para essa primeira executiva, inclusive, o PSOL defendia que houvesse um acordo entre as correntes da coordenação pró-central garantindo uma representação proporcional das correntes no interior da executiva.

O PSOL, apesar de concordar com a ideia de uma coordenação, duvidava das possibilidades dessa forma de organização funcionar regularmente devido às enormes dimensões do país. Desse modo, propunha que a coordenação se reunisse a cada três ou quatro meses e que o organismo que, de fato, funcionaria com regularidade seria a executiva. Assim, mesmo concordando com a ideia de uma coordenação, para o PSTU, o PSOL pretendia dar todo o peso para a executiva, composta pelas correntes políticas, e não para a coordenação, composta efetivamente pelos representantes da base da central.

Além disso, a defesa do PSOL de que essa executiva fosse eleita no congresso traria, de acordo com o PSTU, um sério problema político, uma vez que o congresso da central ficaria focado muito mais na eleição de uma direção e em quem iria ocupar estes cargos do que, de fato, no programa político que a central iria construir e no debate político que o precede⁵⁴.

⁵⁴ Opinião Socialista, n° 403, 2010.

É interessante notar que, embora essa discussão sobre a direção tenha sido muito viva durante os seminários nacionais e estaduais de preparação do CONCLAT, na tese propriamente dita que a Intersindical apresentou no caderno de teses do congresso, esse ponto não foi desenvolvido.

A proposta da Intersindical nas discussões em que intervinha, contudo, não consistia em defender que todas as decisões fossem tomadas por consenso, mas sim que as decisões iniciais a respeito da nova central, aquelas que configurariam as premissas para a existência da unidade entre as correntes envolvidas na construção desta alternativa, fossem fruto de um acordo prévio que estabeleceria os parâmetros dessa nova organização.

Citamos aqui um trecho bastante ilustrativo de uma das entrevistas que realizamos com Zé Maria, sobre o porquê da adoção da coordenação nacional por entidades pela Conlutas. Essa fórmula seria muito mais democrática, e inclusive diminuiria o peso do PSTU, segundo o entrevistado:

Então nós fomos discutindo, discutindo, discutindo e chegamos à conclusão que qualquer eleição de direção que se desse no congresso da Conlutas naquele momento o PSTU teria muita força, porque nós éramos o único setor organizado nacionalmente, nós íamos ter muito mais peso e mais capacidade de articulação.

Então se eu faço uma eleição, independentemente da minha vontade, ia ficar parecendo que é uma denúncia. Falaram, falaram, falaram, mas vêm aqui, elegem uma direção, aí a maioria é do PSTU. Então a conclusão que nós chegamos é a seguinte: e se a gente não eleger? Toda vez que tiver que reunir o sindicato manda uma representação. Então qualquer corrente pra aparelhar, pra tomar conta de um negócio destes tem que dirigir a maioria dos sindicatos, não vai fazer isso por manobra, por articulação política, porque não tem como fazer, e o sindicato manda um representante aqui, se não (?) manda outro na reunião seguinte, pode mudar, é a representação do sindicato.

Isso é o que nos permitiu dar uma certa estabilidade. Então nós dizíamos pra eles: primeiro, a eleição é complicada, porque eleição, vocês aceitam o resultado? Todo mundo vai ficar contente com o resultado? Não é melhor manter esse forma de participação em que todo mundo manda sua representação? Então vocês vão estar automaticamente na direção da entidade. (entrevista Zé Maria, 12/03/2013)

3.4 Democracia Operária

O debate sobre a democracia operária foi uma das principais discussões durante a tentativa de unificação entre a Conlutas e a Intersindical em 2010. Esse tema foi importante uma vez que o principal argumento do PSTU contra a ruptura da Intersindical com o CONCLAT foi o de que esses setores não aceitaram como método de decisão a democracia operária que, para o PSTU, consistiria na tomada das decisões por meio do voto de todos os habilitados a votar.

Desse modo, julgamos relevante desenvolver alguns pontos a respeito desse conceito na visão de dois importantes autores marxistas, John Reed e Ernest Mandel, que trataram da organização dos soviets, principal modelo de democracia operária.

John Reed, em seu texto “Os soviets em Ação”, explica que o Estado soviético é baseado nos soviets, organismos que foram formados a partir de 1905, durante a primeira grande greve geral na Rússia, quando as fábricas mandavam representantes para o que chamavam de Conselho de Deputados Obreiros. Embora a tentativa de revolução de 1905 tenha sido derrotada, esta forma de organização dos trabalhadores foi considerada tão efetiva que todas as organizações operárias a incorporaram como parte de seus planos para a tomada do poder.

Até fevereiro de 1917, qualquer pessoa podia votar nos soviets, inclusive uma agrupação burguesa se esta se organizasse para tal, mas a partir daí se ajustou o estatuto dos soviets para que só pudessem ter direito ao voto aqueles que ganhavam sua vida com algum tipo de trabalho produtivo à sociedade e que fizessem parte dos sindicatos, excluindo-se, assim, policiais, arrendatários, exploradores de força de trabalho etc.

As eleições dos delegados baseiam-se na representação proporcional, o que significa que os partidos políticos estão representados em proporção exata ao número total de votantes da cidade. E são os partidos políticos e os programas que se votam, não os candidatos. Os candidatos são eleitos pelos comitês centrais dos partidos políticos, que podem substituí-los por outros membros do partido. Do mesmo modo, os delegados não são eleitos por um prazo de tempo determinado e podem ser revogados a qualquer momento.

Ao menos duas vezes por ano realizava-se o congresso Pan Russo de Soviets, aglutinando os soviets de toda a Rússia, cujos representantes eram eleitos por designação

popular direta ou votados pelos próprios soviets regionais. Este congresso elegia então um comitê central executivo das cidades e Pan Russo, que era a autoridade máxima da nação, embora devesse seguir as linhas votadas no último congresso. (Reed, 1918)

Ernest Mandel, em seu texto “Sobre a Democracia Operária”, também desenvolve esse tema afirmando que a democracia operária sempre foi um princípio básico dentro do marxismo, princípio que começou a ser subvertido tanto pela burocracia sindical quanto pela social democracia, através da abolição da liberdade de discussão e de tendências.

Para Mandel, a juventude que se levantou em maio de 1968 na França e em outros países voltou a questionar essa questão e a defender espontaneamente elementos da democracia operária perdidos com os anos de estalinismo e sua influência burocrática, como a garantia da liberdade de expressão de todas as tendências em suas assembleias, por exemplo. Contudo, essa defesa espontânea da democracia operária muitas vezes não veio acompanhada do conhecimento de seus reais princípios e das razões de sua origem.

O autor frisa que, em primeiro lugar, o movimento operário luta por sua emancipação, ou seja, para que ele possa ser de fato livre para agir e pensar como quiser, e a democracia operária é a forma de garantir sua expressão.

Assim, contrariamente à democracia burguesa, que falsamente se denomina democracia, mas não dá chances iguais para que todos os que desejam se expressar se expressem, inclusive utilizando os meios de comunicação de massas, na democracia operária, as organizações devem garantir a existência de meios igualitários para a divulgação das ideias de todos os que desejem expressá-las.

A classe operária, assim como qualquer classe, não é homogênea, diz Mandel, e possui interesses imediatos particulares, assim como distintos níveis de consciência, embora possua interesses comuns de classe. A luta da classe trabalhadora, por sua vez, só pode ser vitoriosa se, para além dos interesses particulares, prevalecerem seus interesses comuns e isso só pode ser obtido através de muita discussão, persuasão e debate, o que geralmente ocorre a partir de assembleias.

A palavra “soviète” — conselho de delegados dos trabalhadores — exprime essa união de opostos — a *unidade* dos trabalhadores na diversidade das suas tendências. No Segundo Congresso dos Sovietes Russos, que tomou o poder na Revolução de Outubro, havia uma dúzia de tendências e partidos diferentes. Cada ataque repressivo a tal democracia operária — por parte da Social-Democracia na Alemanha, dos Estalinistas na Espanha —

pressagiou, quando não exprimiu, um retrocesso ou derrota da revolução. A ausência de democracia operária não só dificulta a unidade na ação, como obstrui a construção de uma linha política correta. (Mandel, 1977)

Diante do exposto, concluímos que o PSTU se apega apenas em um sentido da democracia operária: o que remete ao poder pleno de voto e decisão dos delegados, como existia nos soviets. Contudo, pudemos ver que a noção de democracia operária envolve mais do que isso e abarca também a plena liberdade e condições de defesa de suas ideias, o que, de fato, não é o que primou no CONCLAT e na maior parte dos espaços construídos pela Conlutas, onde a preponderância das intervenções e da utilização dos espaços de defesa de ideias sempre foi visivelmente do PSTU.

Não à toa, Índio, na entrevista que realizamos, ressaltou como o PSOL achou ofensivo e antidemocrático a utilização do espaço do CONCLAT para o lançamento da candidatura de Zé Maria à presidência da república em 2010.

Entretanto, ainda pensando na noção de democracia operária, a proposta do PSTU de uma coordenação que prevaleça sobre uma direção eleita, composta por militantes eleitos na base dos sindicatos, corre o risco de promover uma falsa democracia pois, se não existir de fato uma assembleia de base que defina a posição do delegado eleito, a posição ali representada será sempre a do próprio e não de sua base.

Nesse sentido, a proposta de composição de uma direção votada em congresso como propõe o PSOL, garante a existência de um programa eleito e votado por um congresso de delegados, que pode ser cobrado, acompanhado e criticado caso não seja seguido.

Dessa forma, a proposta do PSTU pode parecer mais democrática, mas pode incorrer justamente no seu oposto, na burocratização das decisões da central e na predominância da posição de organizações políticas em detrimento da base. Para evitar esse risco, seria preciso que o PSTU incorporasse a noção mais geral de democracia operária, garantindo o amplo debate na base sobre todas as posições tomadas pela nova central.

3.5 Transformação social: as divergências estratégicas

Neste item, nosso foco é discutir as principais concepções estratégicas do PSTU e do PSOL a respeito da transformação social e dos caminhos para alcançá-la. Como já

informamos, acreditamos que essas concepções são elementos-chave que influenciam estas organizações em seus posicionamentos acerca do movimento sindical e popular e, conseqüentemente, reverberam sobre as posições tomadas nas tentativas de ação unitária entre o PSTU e o PSOL, e unificação das respectivas agremiações que estes impulsionavam.

3.5.1 PSTU: Outubros e fevereiro triunfantes

O PSTU surgiu a partir da corrente Convergência Socialista que atuava dentro do PT desde sua fundação e foi expulsa desse partido em 1992. Ao longo de sua história no interior do PT, sempre houve uma discussão interna acerca das reais intenções da Convergência. A questão era saber se esta corrente de fato buscava a construção do PT como uma real alternativa de poder para o Brasil ou se a participação da Convergência nada mais era do que uma tática de atuar no interior de um partido de massas para conseguir influenciar um setor de militantes e, a partir disso, romper com o PT para formar um novo partido com um viés mais claramente revolucionário do que o do PT (Silva, 2001).

Esse tipo de desconfiança em relação à Convergência se baseava justamente no fato de que esta possuía uma concepção bastante distintas dos demais setores do PT no que tangia à concepção de transformação social, como expomos a seguir.

Muitos historiadores, como Hobsbawm em a Era das Revoluções (2010), afirmam que a época revolucionária aberta com a revolução russa de 1917 se fechou com a restauração capitalista nos países do leste europeu, ocorrida entre os anos de 1989 e 1990. Esta época pode ser considerada como revolucionária pois, de fato, nunca houveram tantas revoluções quanto as que ocorreram no século XX, ainda que a maioria tenha sido derrotada.

Valério Arcary, importante teórico do PSTU, sustenta a tese de que no século XX houve cinco vagas revolucionárias, cinco oportunidades de superação do capitalismo ou um questionamento profundo dele: “1917-23 na Europa Central, 1930-36 na Europa do Mediterrâneo, 1945-49 na Europa do Sul e na Ásia, 1968-79 em escala mundial, e 1989-91 no Leste Europeu e na União Soviética” (Arcary, 2004, p. 95) e discorda que esta época de revoluções tenha se encerrado.

Ainda que a ofensiva brutal do capital contra a classe trabalhadora a partir do início dos anos 1990 realmente tenha dado elementos para que se pensasse que os grandes levantes

operários tinham alcançado seu fim, para Arcary, ainda estamos em uma época de revoluções. A diferença é que as últimas revoluções ocorridas neste século e nos últimos 30 anos do século passado foram revoluções políticas, ou seja, não chegaram ao ponto de superar o capitalismo. Isso leva o autor a levantar a hipótese de que a partir do início do século XXI estaria em curso uma nova vaga revolucionária cujo epicentro é a América Latina. (Arcary, 2004)

Esta posição só pode ser defendida devido à concepção de revolução que a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT)⁵⁵ e o PSTU sustentam, que parte de uma diferenciação entre revolução democrática ou política e a revolução social, baseada em uma analogia histórica com a revolução russa e suas etapas de fevereiro e outubro desenvolvidas em diversos textos de Nahuel Moreno⁵⁶, como “Revoluções do Século XX”, “Teses para Atualização do Programa de Transição” e “A Ditadura Revolucionária do Proletariado”.

Para Moreno, reforma diz respeito à melhoria, ao reparo de algo, enquanto revolução está ligada a uma transformação radical de algo, liquidando o que existia anteriormente ou tornando-o obsoleto. Para ilustrar essa diferença, em “As revoluções do Século XX” vai usar o exemplo do desenvolvimento da aeronáutica, demonstrando como a substituição do balão por aviões com motor de explosão e, posteriormente, por aviões a jato podem ser considerados “revoluções” da aeronáutica pois mudaram totalmente a forma de voar a partir do momento em que foram implementados: não se voava mais de zepelins depois que o avião passou a ser utilizado. Além destas grandes transformações ou revoluções, pequenas mudanças e melhoramentos foram sendo implementados no ramo da aeronáutica. Por exemplo, a criação dos zepelins no marco da existência apenas de balões com pouca capacidade de transporte foi um avanço, mas limitado; portanto, uma reforma.

Moreno utiliza esse exemplo para mostrar que os conceitos de reforma ou revolução devem se referir ao objeto que estamos analisando. Como o campo histórico social é vasto, e nele diversos referenciais podem ser utilizados, a noção de revolução, para este autor, deve ser compreendida a partir da chave da relatividade. Ou seja, se estamos tomando como referência um Estado, só é possível falar de revolução a partir do momento em que este

⁵⁵ Organização trotskista internacional da qual o PSTU faz parte.

⁵⁶ Nahuel Moreno foi um dos fundadores do Movimento ao Socialismo (MAS) na Argentina e o principal teórico das posições políticas da LIT.

Estado é liquidado totalmente, dando lugar a outro. Nesse mesmo sentido, é possível tomar outras referências, como o regime político, por exemplo. Diante desse novo referencial, revolução seria a destruição de um antigo regime e sua substituição por outro. Contudo, para que a queda de um regime se dê pela via revolucionária são necessários dois elementos: um vazio de poder ou uma crise nas alturas e que o regime anterior seja completamente extinto pelo novo. E isto significa que o que pode ser considerada reforma, do ponto de vista do Estado, pode ser considerada uma revolução do ponto de vista do regime.

Assim, é possível dizer que a revolução no regime, chamada de revolução democrática por Moreno, seria análoga ao fevereiro russo de 1917, no caso uma insurreição que levou a uma mudança de um regime czarista para um governo dirigido pela pequena burguesia através de Kerensky. Desse mesmo modo, a revolução no Estado, a revolução social, seria análoga à revolução de outubro, quando os bolcheviques tomam efetivamente o poder.

Desse modo, a revolução social é um processo em que o fim é a transformação do Estado, mas que possui uma etapa anterior de transformação do regime político. Portanto, o movimento operário pode, como na Rússia, avançar de fevereiro para outubro; mas pode também parar na etapa de fevereiro e isso não vai significar que o que ocorreu ali não foi uma revolução triunfante. Ela apenas não atingiu o Estado, só o regime político.

Essa diferenciação, para além de uma questão de nomenclatura, é importante pois se transforma em uma estratégia para a LIT, como é possível inferir no seguinte excerto, quando Moreno fala sobre a revolução política que Trotsky propunha na Rússia para derrubar a influência do stalinismo: “O que Trotsky não colocou, apesar de ter feito um paralelo entre o stalinismo e o fascismo, foi que também nos países capitalistas era necessário fazer uma revolução no regime político: destruir o fascismo para reconquistar as liberdades democráticas da democracia burguesa, mesmo que fosse no terreno dos regimes políticos da burguesia, ou seja, do Estado burguês. Concretamente, não colocou que era necessária uma revolução democrática que liquidasse com o antigo regime totalitário fascista como parte ou primeiro passo do processo rumo à revolução socialista e deixou pendente esse grave problema teórico” (Moreno, 2003, p. 61).

Munido dessa visão, o PSTU enxerga a existência de várias revoluções democráticas ocorridas na América Latina entre os anos 2000 e 2005⁵⁷. No Equador, em 2000 uma insurreição popular e indígena ocupou o congresso nacional, provocou uma divisão nas forças armadas e chegou a tomar o poder por 8 horas. Na Argentina, em 2001, em um contexto de aguda crise econômica, as classes médias indignadas com a retenção de seus depósitos bancários e os setores populares revoltados com as condições de vida derrubaram o governo de Fernando de La Rúa⁵⁸. Na Bolívia, em 2003, dirigidos pela central sindical e popular COB, uma grande insurreição popular e indígena fez com que o então presidente Sanchez de Lozada fugisse para Miami e seu vice-presidente assumisse o poder.⁵⁹ Na Venezuela, em 2002, um setor da burguesia e das forças armadas sequestrou o presidente Hugo Chávez e tentou dar um golpe de Estado que foi frustrado devido à mobilização massiva protagonizada pelos setores populares bolivianos e que reestabeleceu Chávez ao poder.⁶⁰

Acreditamos que estas “revoluções” influíram decisivamente para que o PSTU optasse pela ruptura com a CUT e por uma proposta de conformação de uma organização sindical e popular, afinal, foram justamente esses setores que se levantaram nos processos relatados acima, não houve um protagonismo operário. Nesse sentido, o intuito do PSTU foi exatamente o de conformar uma alternativa de direção onde esses setores pudessem se organizar no caso de vir a ocorrer uma conjuntura similar no Brasil, o que era previsto pelo PSTU, fundamentado na posição de que o governo Lula era um governo de Frente Popular como desenvolvemos anteriormente.

3.5.2 As movimentações dentro do PSOL

Desde sua fundação até o momento em que nos interessa analisar aqui (o período entre 2004 e 2010), o PSOL realizou dois congressos nacionais, em 2007 e 2009, nos quais votou sua direção nacional. O Congresso é organizado a partir de congressos menores: o

⁵⁷ Entrevista com Valério Arcary, Site do PSTU, 2008.

⁵⁸ Opinião Socialista, nº 234, 2005.

⁵⁹ Opinião Socialista, nº 164, 2003.

⁶⁰ Os dilemas da esquerda ante o chavismo, Site do PSTU/Santos, 2013.

congresso municipal elege os delegados para o congresso estadual que, por sua vez, elege os delegados para o congresso nacional.

Antes das eleições presidenciais de 2006, o PSOL se dividia basicamente em dois grupos disputando a direção do partido: aqueles que estavam no PSOL desde sua fundação e um outro setor, composto pelas correntes que se incorporaram posteriormente. Contudo, no processo de construção do primeiro congresso do PSOL, essas distintas alas se reconfiguraram e geraram uma maioria composta pelo MES e pelo MTL.

No I Congresso do PSOL, ocorrido em 2007, as correntes MES e MTL lançaram uma tese conjunta chamada “Consolidar uma vanguarda partidária e avançar na influência de massas” que conseguiu o apoio de 36,3% dos delegados. A APS, junto com outras correntes menores, obteve 26% dos votos em sua tese “PSOL com o povo rumo ao socialismo” e estas correntes (APS e MES), com Heloisa Helena à frente, encabeçaram a chapa que obteve 63,7% dos votos para a direção do partido, se conformando como o setor majoritário da direção do PSOL.

O fato de Heloisa Helena ter apoiado a chapa que coligava MES e APS marca seu definitivo afastamento da corrente na qual se organizava anteriormente, o Enlace. Este obteve 10,6% dos votos em sua chapa⁶¹.

Os grupos que obtiveram a representação majoritária na direção são justamente os que apresentaram nesse congresso os posicionamentos mais moderados em relação à necessidade da transformação socialista da sociedade, propondo um partido amplo, que pudesse atuar, inclusive, com setores ditos “progressivos” da burguesia.

Esse congresso gera um momento de inflexão no PSOL, pois pela primeira vez se definiu com a participação de diversos setores do partido, as diretrizes programáticas deste e, como resultado, o que se viu foi uma mudança política acerca dos termos em que defendiam a mudança revolucionária, enfatizando, a partir daí, muito mais a conquista de espaços dentro da democracia em detrimento da ênfase na tomada do poder violento, como é usual no marxismo.

O segundo congresso do PSOL, ocorrido em 2009, dá continuidade a este caminho. O congresso foi marcado pela ruptura entre o MES/MTL e a APS e uma forte disputa pela

⁶¹Ferrari, André. “Congresso do PSOL consolida direção moderada mas mostra que há espaço para a esquerda socialista”. Site da LSR, 2007.

cúpula do partido, com ameaças de ruptura de correntes e pouca discussão política. Além disso, ocorreu numa conjuntura contraditória para o PSOL, na qual havia uma grande ênfase do partido na questão da corrupção, campanhas como a de Luciana Genro, no Rio Grande do Sul, bancadas com financiamento privado, a defesa já existente por parte de alguns setores como o MES de alianças com partidos burgueses etc.

Formou-se então, uma chapa que unia o MES e o MTL, apoiados por Heloisa Helena, e uma chapa unindo a APS, o Enlace, o C-SOL e a TLS. A divisão dentro do campo majoritário levou a que o congresso definisse poucas coisas em relação a 2010, principalmente no que tangia a alianças eleitorais, possíveis candidatos e programa político, na tentativa de se chegar a um acordo em uma conferência eleitoral posterior⁶².

As principais resoluções votadas nesse congresso, que consolidou a APS e o Enlace como uma nova maioria, foram a convocação de uma conferência eleitoral para votar a tática do partido em relação às eleições; a reafirmação da defesa da construção de uma alternativa sindical unitária, envolvendo a Intersindical, a Conlutas e outras iniciativas; a luta pelo direito ao aborto (que gerou uma grande polêmica no congresso pela reconhecida recusa de Heloisa Helena em se submeter a esta posição do PSOL) e algumas alterações estatutárias, como a obrigatoriedade dos militantes do partido que ocupam cargos em pagar uma contribuição mensal ao PSOL, por exemplo⁶³.

3.5.3 O projeto democrático popular como estratégia do setor majoritário do PSOL

O PSOL se formou como um partido de correntes que estão permanentemente em disputa por suas posições políticas, a fim de obter uma maior influência no interior do partido.

Isso talvez ajude a entender porque o programa do PSOL sempre foi vago, sem grandes definições e mais preocupado em estabelecer eixos de atuação. Podemos perceber isso desde o manifesto da Esquerda Socialista e Democrática, intitulado “Movimento por um

⁶²“II Congresso do PSOL: faltaram as respostas que os trabalhadores precisam”. Site da LSR, 2009 e “Sobre o PSOL”, Site do Enlace, 2011.

⁶³Resoluções completas aprovadas no II Congresso Nacional do PSOL. Site do PSOL, 2009.

Novo Partido”. Este manifesto⁶⁴ caracteriza politicamente quem são os setores que compõem esse movimento e afirma que são aqueles que sempre se posicionaram contra a ofensiva neoliberal, que apoiaram as lutas do funcionalismo público e dos trabalhadores, que se colocaram contra a reforma da previdência, que defendem os princípios que nortearam a trajetória do PT e resultaram na eleição de Lula, que se colocam a favor do “socialismo com democracia e liberdade”.

Esse movimento caracteriza que a situação a partir da eleição de Lula não mudou em quase nada o modelo econômico que vigorava nos anos de governo de FHC e, inclusive, aprofundou alguns ataques que só não foram implementados anteriormente justamente por conta da resistência organizada pelo PT. Entram neste caso as reformas da previdência e tributária que, mesmo alardeadas como positivas para a sociedade, alteraram a constituição prejudicando os setores mais populares de sociedade ao mesmo tempo em que garantia um crescimento dos índices financeiros que só beneficiaram os especuladores internacionais.

Nesse sentido, propõem a criação de um movimento por um novo partido que resgate o papel que o PT deixou de cumprir, que se paute pela luta para a obtenção de direitos e conquistas, que se posicione contra a atual política econômica vinculada aos interesses do imperialismo. Convoca, para tanto, todos os setores descontentes com o rumo do PT, de dentro e de fora do partido, para uma reunião objetivando a concretização dessa proposta através de um partido com liberdade de tendências, com um programa de “socialismo com democracia”⁶⁵.

Para nós, a ênfase na expressão “socialismo com democracia”, embora possa parecer uma forma de expressar uma oposição ao modelo de “socialismo” que vigorou na URSS através da ditadura do stalinismo, remete a um tipo de socialismo que privilegia a disputa de

⁶⁴Assinam o manifesto: Heloísa Helena, senadora, Luciana Genro, Babá, João Fontes (*) deputados federais, Agnaldo Fernandes – Socialismo e Liberdade, André Ferrari – SR, Carlos Nelson Coutinho, Cid Benjamin, Démerson Dias, Edílson Silva – Pólo Resistência Socialista, Elídio Marques – MES, Francisco Affonso, Henrique Acker – MTL, Iranilson Brasil, Jádriel Messias dos Santos – Sintrasef, Jefferson Moura – MTL, Julieta Maria Buoro, Julio Camargo, Junia da Silva Gouvêa – Socialismo e Liberdade, Leandro Konder, Luiz Carlos Lucas, Marcelo Badaró, Marco Antonio Figueiredo – “nosso tempo é hoje”, Maria de Souza Lima, Marlene Moreira –, Assibge – SN, Martiniano Cavalcante – MTL, Miguel Leme – SR, Miguel Malheiros – CST, Milton Temer, Ney Nunes – União Comunista, Nilo Sergio Aragão – “nosso tempo é hoje”, Pedro Fuentes – MÊS, Reginaldo Schenermann – “nosso tempo é hoje”, Robério Paulino – MTL, Roberto Leher, Roberto Morales – MTP, Roberto Robaina – MÊS, Ronaldo Alves, Rosângela Alves, Sandro Pimentel – MÊS, Silaedson Juninho – CST, Tostão – Socialismo e Liberdade, Wellington Cabral – CST.

⁶⁵Esquerda Socialista e Democrática. Movimento por um Novo Partido. Site da Revista Espaço Acadêmico, 2004.

espaço dentro da própria democracia burguesa. Defendemos esta leitura a partir da reflexão estratégica que Carlos Nelson Coutinho, que compunha a Esquerda Socialista e Democrática e integrou o PSOL, nos oferece em seu texto “Notas sobre Cidadania e Modernidade”.

Neste texto, a tese que Coutinho sustenta é a de que hoje não podemos encarar o Estado tal qual Marx e Lênin entendiam: como um comitê executivo da burguesia. Isso ocorre porque, ao longo da modernidade na qual ainda nos encontramos, a burguesia se viu obrigada pela força da luta dos setores subalternos, a ampliar crescentemente a concepção de cidadania vigente na sociedade, se vendo obrigada a tornar sua ferramenta de domínio permeável às demandas de outros setores, que disputam suas ideias na sociedade civil, encarada no sentido atribuído por Gramsci.

Se durante o liberalismo a cidadania se referia basicamente à garantia dos direitos civis vinculados às liberdades individuais, para Coutinho houve um significativo avanço na esfera da cidadania, permitindo que este conceito abarcasse também a ampliação da participação política e dos direitos sociais. Esse processo só pôde ocorrer por meio da pressão popular que construiu historicamente direitos que a burguesia jamais pensaria em fornecer sem luta. Nesse sentido, Coutinho recusa o termo “democracia burguesa”. Segundo o autor, além de impreciso, pois não mostra as disputas que ocorrem no interior desse modelo, ele é injusto com os próprios setores populares que, através de sua mobilização, arrancaram vitórias que a burguesia não pensava em dar.

Para Coutinho, os marxistas mecânicos consideram que os direitos sociais nada mais são do que concessões calculadas pela burguesia para assegurar o consenso das classes subalternas, desmobilizando-as e cooptando-as. Embora isso obviamente possa ocorrer, supor que esta é a única alternativa é um erro pois as conquistas sociais não são sempre meros instrumentos de contenção da burguesia e podem ser o resultado de uma imposição inesperada do movimento popular contra a burguesia.

Assim, se para os liberais o direito mais básico garantido pela cidadania era a propriedade (que avança para a própria propriedade da força de trabalho alheia e de seus frutos, posteriormente), erram aqueles que interpretam que Marx era contra os direitos civis por serem direitos burgueses, uma vez que, para Marx, a cidadania plena seria justamente a apropriação coletiva do trabalho de todos, de modo que a universalização da cidadania passa a ser incompatível com a sociedade de classes.

A partir da constatação de que o Estado definido por Marx mudou, Coutinho supõe que é possível, então, que a estratégia para a transformação desse Estado possa se alterar. Em suas palavras:

Essa nova configuração do Estado abriu a possibilidade concreta de que a transformação radical da sociedade - a construção de um ordenamento socialista capaz de realizar plenamente a democracia e a cidadania - se efetue agora não mais por meio de uma revolução violenta, concentrada num curto lapso de tempo, como era previsto no Manifesto e na reflexão de Lenin, mas sim mediante um longo processo de reformas, o qual Gramsci chamou de "guerra de posição". Essa nova estratégia política poderia também ter o nome de "reformismo revolucionário". (p. 57)

Tal visão foi a base do chamado "Projeto Democrático Popular" do PT, defendido veementemente pela APS durante os congressos do PSOL como o programa do PT das origens que deveria ser retomado. Existe todo um debate acerca do que seria o Projeto Democrático Popular e se este programa admitiria uma política de alianças com a burguesia.

Em linhas gerais, o Projeto Democrático Popular consistia num conjunto de formulações contidas no texto do 5º Encontro do PT em 1987 como parte de suas resoluções políticas. Era uma plataforma que surgia da necessidade de acúmulo de forças por parte dos setores populares para o enfrentamento de frente contra a burguesia e, nesse sentido, buscava ser uma plataforma mediadora entre os anseios e demandas populares e a ausência de uma correlação de forças favorável para impor essas demandas pela força da mobilização do povo.

Assim, de acordo com o texto resultante do Encontro do PT, citado por João Machado:

Muitos companheiros não fazem esta distinção, não compreendem o processo de mediação que deve existir entre o movimento atual, por exemplo, em que as grandes massas da população ainda não se convenceram de que é preciso acabar com o domínio político da burguesia, e o momento em que a situação se inverte e se torna possível colocar na ordem do dia a conquista imediata do poder. Dessa forma, seu discurso, pretensamente revolucionário, não é entendido pela população e pelos trabalhadores e, em vez de contribuir para a organização e a luta no sentido da conquista do poder e da construção socialista, a desorganizam e a transformam na luta de pequenos grupos conscientes e vanguardistas (Machado, João, sem data)

Nesse sentido, as eleições cumprem um papel chave na disputa de espaço institucional dentro deste processo de acumulação de forças, como forma de abrir um canal

para a realização de reformas que tenha como norte a construção do socialismo. Ricardo Antunes, professor de sociologia da Unicamp e membro do PSOL, em entrevista para o site do partido corrobora esta tese afirmando que:

Uma via de reformas estruturais pode estar muito concatenada se estiver olhando para um horizonte novo, de uma nova economia, de uma nova sociedade, de um novo modo de vida, de um novo modo de metabolismo societal, ou seja, quando estivermos olhando para o socialismo, que é um empreendimento que foi derrotado nos séculos XIX e XX. O capitalismo levou quatro, cinco séculos para se formar. Por que o socialismo teria que ser vitorioso no primeiro século? Vamos dar ao socialismo as possibilidades que o capitalismo teve, que as revoluções burguesas tiveram ao longo dos séculos XV, XVI e XVII até as suas grandes vitórias nos séculos XVIII e XIX (Desafio, 2006).

Agora vejamos como a APS, o setor do PSOL que esteve na direção desde o I Congresso deste partido reproduz essa mesma noção da necessidade de acumulação de forças por meio da conquista de espaços institucionais, tal qual reza o projeto democrático popular:

O PSOL já aprovou em seu I Congresso uma caracterização geral de seu Programa que aponta para a negação à “domesticação e acomodação à ordem burguesa e ao mesmo tempo desenvolve enquanto estratégia de acumulação de forças, elementos organizativos, ideológicos, sociais, políticos e econômicos voltados para a edificação da revolução socialista.” E diz mais: “um programa com este caráter deve partir da necessidade do apoio e da defesa das mobilizações do povo por suas demandas mais sentidas: salário, emprego, moradia, saúde, educação, saneamento básico, direitos humanos, e inúmeros outros problemas e questões, que mobilizam as forças sociais.” Sendo assim, entendemos que a Resolução do I Congresso, em termos gerais, permanece atual, sendo necessário atualizá-lo no contexto de medidas emergenciais para enfrentar a crise.

(...) O que tem triunfado na Venezuela, Bolívia e Equador é uma modalidade do programa democrático e popular que se ancora em colocar o povo em movimento a partir de medidas anti-imperialistas e nacionalizantes. Nestes países ocorrem as experiências mais avançadas do ponto de vista das lutas voltadas para a construção do socialismo, mesmo sem uma perspectiva definida de ruptura com a ordem vigente, mas que avança em tensionamentos com essa mesma ordem, mobilizando amplos setores sociais antes excluídos das decisões nacionais e trazendo para a ordem do dia questões como a soberania sobre os recursos naturais e o fim do estatuto colonial moderno que é a dívida pública (Tese para o II Congresso do PSOL “Novos Tempos para o PSOL”).

Em suma, ao considerarmos o PSOL em seu conjunto, verificamos que o que prima, desde o ponto de vista estratégico, é a concepção de um partido de massas, aberto àqueles que tenham um sentimento anticapitalista, mas não necessariamente revolucionário nos termos marxistas clássicos. Um partido que abarque distintas tendências, e não um partido de quadros, altamente centralizado como o proposto por Lênin em o “Quê fazer?”.

Por mais que existam correntes com essas concepções mais tradicionalmente marxistas dentro do PSOL, não são essas as posições majoritárias dentro do partido e, portanto, não são essas as posições que se transformam em políticas efetivas de intervenção do partido na realidade.

Essas diferenças de concepção entre o PSTU e o PSOL, como vimos, pesou na não conformação de uma agremiação unitária apesar dos discursos e tentativas diversas. A Conlutas continuou existindo, mas neste momento sob a denominação de CSP-Conlutas, e a Intersindical seguiu dividida e se enfraqueceu após o CONCLAT, realizando poucas reuniões e encontros.

Apesar das tentativas de retomar o diálogo entre a Intersindical e a CSP-Conlutas, que alguns setores (como a APS do PSOL) ensaiaram, as conversas não avançaram, inclusive pela oposição direta de alguns setores do PSOL em tentar qualquer nova aproximação (Enlace, por exemplo).

CONCLUSÃO

A pesquisa sobre o surgimento da Conlutas e da Intersindical foi motivada principalmente pela tentativa de entender a existência e a permanência em separado dessas agremiações a despeito da fraqueza que esta cisão acarreta para estas, ainda mais em um cenário em que a CUT, apesar das rupturas, continua sendo a central com maior peso no movimento sindical.

No decorrer de nosso estudo, pudemos observar que, por mais que existam militantes independentes que constroem as alternativas sindicais em questão, o que nelas prevalece é a posição política dos principais partidos que as compõem: PSTU e PSOL. Essa preponderância dá-se pelo fato de que são esses os partidos que ocupam a maior parte das posições mais diretivas das agremiações e que influenciam politicamente os militantes sem partido que delas participam.

Os documentos analisados na pesquisa permitem perceber que, fundamentalmente, é a posição desses partidos que acaba conformando a posição da Conlutas e da Intersindical e, em nossa visão, foi exatamente esse ponto que impediu e segue impedindo a consolidação de uma alternativa sindical unitária que aglutine a Conlutas e a Intersindical.

Para demonstrar essa nossa hipótese, mostramos como o posicionamento destes partidos acerca de temas-chave para o movimento sindical – como a caracterização do governo naquele período, a concepção de entidade e do funcionamento desta e a compreensão sobre o processo de transformação social – são muito distintos e refletem elementos diretamente ligados às estratégias destes partidos.

A estratégia é o elemento central do programa de um partido socialista e, por esse motivo, diferentemente das questões táticas, é um ponto defendido de forma intransigente pela maior parte das organizações, inclusive o PSTU e o PSOL, ainda que dentro deste último existam nuances a esse respeito por conta da diversidade de correntes que o compõem.

A reorganização sindical verificada durante os anos do governo de Lula revela a existência de um movimento sindical com sede de transformações, mas que acabou refém da discordância estratégica dos partidos que capitanearam essa reorganização.

Era sabido, tanto pelos dirigentes da Conlutas quanto da Intersindical, que as transformações que vinham sendo implementadas pelo governo no campo sindical e

trabalhista pediam uma resposta unitária dos setores descontentes para que sua oposição fosse mais forte e eficaz. Não podemos afirmar que não houve tentativas nesse sentido, como inclusive demonstramos nesse texto, mas mesmo que o PSTU e o PSOL tivessem consciência sobre a importância da unidade, isso não foi suficiente para superar o receio de abrir mão de suas estratégias pois, para isso, teriam que estar dispostos a arriscar os espaços conquistados no meio sindical.

Sem defender uma posição teleológica, sustentamos que as dissonâncias nas posições do PSOL e do PSTU – principalmente a respeito dos temas estratégicos que elencamos anteriormente – podem ser vistas como uma constante que, desde o surgimento dos primeiros debates sobre a possibilidade da construção de novas alternativas à CUT, marcava as dificuldades que uma tentativa de unificação enfrentaria.

Portanto, na história ainda em andamento da Conlutas e da Intersindical, sustentamos que foi a hegemonia dos partidos políticos que configurou o principal obstáculo à unidade, pois a diferença entre suas posições políticas e estratégicas primou sobre a necessidade de unificação da esquerda defendida por ambas as organizações.

Nesse marco, verificamos que, de certo modo, tanto o PSOL quanto o PSTU terminam incorrendo no mesmo erro que ambos atribuíram à CUT, criticando tão veementemente a central que lhes deu origem: a hegemonia de um partido político em detrimento das necessidades concretas do movimento de trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Eduardo. *Brasil: reforma ou revolução?* Cadernos Marxistas, sem data.
- ALVES, Giovanni. (2000). *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo.
- ANDERSON, Perry. *Problemas e limites do sindicato*. Revista Oitenta, L&PM, vol. 3, 1980.
- ANDERSON, Perry. *O Brasil de Lula*. Novos Estudos, 91. Novembro, 2011.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: Emir Sader e Pablo Gentili (Orgs). (Org.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 1ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995, v. 1, p. 9-23.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho*. São Paulo: Ensaio, 1988.
- ARAÚJO, A.M.C.; OLIVEIRA, R.V. de. El sindicalismo brasileño em la era de Lula: entre paradojas y nuevas perspectivas. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, v.1, Fac. 8, Buenos Aires, 2011, pp. 83-112.
- ARBIX, Glauco A. T. *Uma aposta no futuro: os três primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística e a emergência do meso-corporatismo no Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1995.
- ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da História: situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xamã, 2004.
- BOITO Jr, A.; GALVÃO, A., MARCELINO, P.R.P. Brasil: o movimento sindical e popular nos anos dois mil. In: Julian Rebon; Massimo Modonesi. (org.). *Una década em movimiento: luchas populares en América Latina en el amanecer del siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO/Prometeo, 2011, p. 153-181.
- BOITO Jr, Armando. *A burguesia no Governo Lula*. Crítica Marxista (São Paulo), Rio de Janeiro, v. 21, p. 52-77, 2005.
- BOITO Jr, Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas (SP): Editora da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.
- BOITO Jr. *As bases políticas do Neodesenvolvimentismo*. 2012. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>.
- CARDOSO, Adalberto M. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- COUTINHO, C. N. *Notas sobre cidadania e modernidade*. Praia Vermelha, São Paulo, ano, n. 1, p. 145-165, 1997.
- CRUZ, Antonio. *A janela estilhaçada: a crise do discurso do novo sindicalismo*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000.
- FARIA, Marcos Moutta de. *Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição à história do trotskismo no Brasil*. A experiência do movimento Convergência Socialista. Rio

de Janeiro: Universidade federal do Rio de Janeiro/Programa de pós-graduação em história comparada, 2005.

GALVÃO, Andréia. *Participação e fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90*. Tese de Mestrado. Campinas (SP): Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, 1996.

GALVÃO, Andréia. Os metalúrgicos do ABC e a câmara setorial da indústria automobilística. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, UFPR, nº 10/11, 1998.

GALVÃO, Andréia. *A CUT na encruzilhada: dilemas do movimento sindical combativo*. *Idéias*, v. 09, n. 1, 2003, p. 105-54.

GALVÃO, Andréia. *Neoliberalismo e Reforma Trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

GALVÃO, Andréia. *A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula*. Outubro, São Paulo, 2009, v. 18, p. 175-197.

GALVÃO, A.; LEMOS, P.R., GONÇALVES, T. Conlutas e Intersindical: um sindicalismo de funcionários públicos. In: Fabiana Rodrigues; Henrique Novaes; Eraldo Batista. (Org.). *Movimentos Sociais, trabalho organizado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 447-471.

GALVÃO, A.; MARCELINO, P.R.P; TRÓPIA, P.V. A reorganização da esquerda sindical nos anos 2000: as bases sociais e o perfil político-ideológico de CTB, Intersindical e Conlutas. Anais do Colóquio Greves e Conflitos Sociais em Dijon, 2013

GRESPLAN, Jorge. A crise de sobreacumulação. *Crítica Marxista*, nº 29, 2009, p. 11-17.

HAYEK, Friedrich August. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HIRATA, Helena. Movimento operário sob a ditadura militar. In: *Coletivo Edgard Leuenroth*. Movimento operário brasileiro, 1900-1979, 1980.

HOBSBAWM, Eric J. A era das revoluções: 1789-1848. 25. Ed. SP: Paz e Terra, 2010.

JORGE, Heber Rebouças. *Terceirizar, flexibilizar, precarizar: um estudo crítico sobre a terceirização do trabalho*. Dissertação de Mestrado, IFCH-Unicamp, 2011.

KAREPOVS, Dainis e Marques Neto, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-60). In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *História do marxismo no Brasil*. Vol. 5

LEITE, M. de P., Org.; ARAÚJO, A. M. C, Org. *O trabalho reconfigurado ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

LEITE, M. P. Reestruturação produtiva e sindicatos: O paradoxo da modernidade. In: Marcia de Paula Leite. (Org.). *O Trabalho em Movimento*. 01 ed. Campinas: Papyrus, 1997, v. 01, p. 09-30.

LÊNIN. Vladimir Ilitch. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/lenin/1920/esquerdismo>.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1988.

LOPREATO, Francisco. Características fundamentais do crescimento da economia brasileira no período de 1950/1980. In: Dedecca, Claudio & Proni, Marcelo (orgs). *Economia e Proteção Social: textos para estudo dirigido*. Campinas, SP:Unicamp-IE/Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego e Unitrabalho, 2006.

MACHADO, João. *O que foi o “Programa Democrático Popular do PT?”*. Sem data. Disponível em:

<<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/O%20que%20foi%20o%20PDP.pdf>>.

- MANDEL, Ernest. *Sobre a Democracia Operária*. 1977. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/mandel/ano/mes/democracia.html>.
- MARCELINO, Paula Regina Pereira. *Terceirização e Ação Sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil*. Tese de Doutorado. IFCH-Unicamp, 2008.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: Marx – Os Pensadores. Abril Cultural, São Paulo, 1978.
- MIGLIOLI, Jorge. É só mais uma crise. *Crítica Marxista* nº 29, 2009, p. 19-24.
- MORENO, Nahuel. *Teses para a atualização do Programa de Transição*. São Paulo: CS Editora, 1992.
- MORENO, Nahuel. *As revoluções do século XX*. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2003.
- MORENO, Nahuel. *A ditadura revolucionária do proletariado*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.
- OLIVEIRA, Celina Gomes. *A gênese da CUT: oposição sindical (e novo sindicalismo) na construção da central*. Tese de Mestrado. Campinas (SP): Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. (1972) Crítica à razão dualista. In: *Crítica à Razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PARANHOS, Kátia. *Era uma vez em São Bernardo*. O discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982. Campinas: UNICAMP, 1999
- PAULANI, Leda Maria. Autonomização das formas sociais e crise. *Crítica Marxista* nº 29, 2009, p. 25-31.
- POCHMANN, M. *A Década dos Mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.
- POMPÊO, Flávio Sposto. As origens do PSOL. *Revista Urutágua*. Maringá, UEM, nº12, 2007.
- POULANTZAS, Nico. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- RAMALHO, J. R.; RODRIGUES, I. J.; CONCEIÇÃO, J. J. Reestruturação industrial, sindicato e território: alternativas políticas em momentos de crise na região do ABC em São Paulo. Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Universidade de Coimbra, n. 85, 2009.
- REED, John. *Os soviets em ação*. 1918. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/reed/1918/10/soviets.html>.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *O Novo Sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens entraram em cena: experiências, lutas e falas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTANA, Ana Claudia Farranha. *A central única dos trabalhadores: CUT e a luta pela democracia: elementos de uma trajetória*. Tese de Mestrado. Campinas (SP): Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, 1999.
- SANTANA, Marco Aurélio. *O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate*. *Revista de Sociologia e Política*, nº 10/11, 1998.
- SANTOS, Sérgio Tadeu Rodrigues dos. *O “novo” no novo sindicalismo: O (atual) debate sobre a reorganização sindical no sindicalismo-CUT*. Rio de Janeiro: UERJ/PPCIS, 2002
- TROPIA.

SILVA, Antônio Ozáí da. As origens e a ideologia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). *Revista Espaço Acadêmico*, nº 03, Agosto de 2001.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Cia. das Letras, 2012

TOLEDO, Caio Navarro de. *Partido dos Trabalhadores e governo Lula: a regressão da luta ideológica*. *Crítica Marxista* (São Paulo), v. 26, p. 156-183, 2008.

TROTSKY, Leon. Os sindicatos na época da decadência imperialista. In: *Escritos sobre sindicato*. São Paulo: Kairós, 1979 [1940], pp. 101-109.

TROTSKY, Leon. *Escritos de Leon Trotsky 1929-1940*. Livro 1. Argentina: CEIP Leon Trotsky, 2000.

TROTSKY, Leon. Premeras Leciones sobre España. In: *La Revolución Española*, Ed. Fontamara, 1977

VÉRAS, Roberto. *Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2002.

WEFFORT, Francisco. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco*, 1968. Cadernos CEBRAP, São Paulo: 1972.

JORNAIS E DOCUMENTOS

ALMEIDA, Eduardo. Novo Partido Velho, 2004. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=1656&ida=0>.

CONCLAT. Caderno de Teses, 2010.

INTERSINDICAL. 1º Manifesto da Intersindical. Disponível em: <<http://www.intersindical.org.br/resolucoes.php.htm>>.

INTERSINDICAL. Apresentação: Instrumento de luta, unidade da classe e construção de uma nova central, 2011. Disponível em: <<http://intersindical.inf.br/index.php?id=apresentacao>>.

INTERSINDICAL. Intersindical: Instrumento de luta e organização da Classe Trabalhadora – A intersindical viva e presente na reorganização da classe trabalhadora, 2010a. Disponível em: <http://www.intersindical.org.br/noticias_det.php-id=88.htm>.

INTERSINDICAL. Manifesto: Intersindical, um instrumento a serviço da luta de classes. São Paulo. Disponível em: <<http://acaopopularsocialist.locaweb.com.br/textos/manifesto-intersindical-2006.pdf>>.

INTERSINDICAL. Resolução da Conferência Nacional da Intersindical, 2007a. Disponível em: <http://intersindical.inf.br/resolucoes_det.php?id=13>.

INTERSINDICAL. Resolução do II encontro nacional da Intersindical. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://intersindical.inf.br/resolucoes_det.php?id=12>.

JORNAL OPINIÃO SOCIALISTA. Nº 151 a 170.

MTL. *Carta Aberta da Assembleia Nacional Popular e da Esquerda*, 2005. Disponível em: <http://www.mtl.org.br/nacional/index.php?option=com_content&view=article&id=410:carta-aberta-da-asmbl-nacional-popular-e-da-esquerda&catid=1:nacional&Itemid=3>.

RELATÓRIOS das reuniões da Coordenação Nacional da Conlutas de 2004 a 2010.

SITES

AGRELA, Euclides. Pacto Social: uma armadilha contra os trabalhadores, 2002. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/3448>>.

ALMEIDA, Eduardo. Bolívia: insurreição e sonho, 2003. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/4109>>.

- ARBEX JR, José. A América Latina entre a ruptura e uma nova utopia capitalista, 2008. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/13285>>.
- ARTIGOS E ENTREVISTAS. As Frentes Populares segundo o trotskismo, 2002. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/3438>>.
- ARTIGOS E ENTREVISTAS. Para além da corrupção (2), 2005. Disponível em: <<http://psol50.org.br/site/artigos-e-entrevistas/148/para-alem-da-corrupcao-2>>.
- ARTIGOS E ENTREVISTAS. Ricardo Antunes: Desafio do P-SOL é dar densidade social ao seu projeto, 2006. Disponível em: <<http://psol50.org.br/site/artigos-e-entrevistas/66/ricardo-antunes-desafio-do-p-sol-e-dar-densidade-social-ao-seu-projeto>>.
- ARTIGOS E ENTREVISTAS. É hora das "esquerdas" saírem às ruas! 2005. Disponível em: <<http://psol50.org.br/site/artigos-e-entrevistas/145/e-hora-das-esquerdas-sairem-as-ruas>>.
- ARTIGOS E ENTREVISTAS. O P-SOL e a crise política - Uma contribuição ao debate, 2005. Disponível em: <<http://psol50.org.br/site/artigos-e-entrevistas/153/o-p-sol-e-a-crise-politica---uma-contribuicao-ao-debate>>.
- ARTIGOS E ENTREVISTAS. Fundação do P-SOL, 2004. Disponível em: <<http://psol50.org.br/site/artigos-e-entrevistas/71/fundacao-do-p-sol>>.
- ARTIGOS E ENTREVISTAS. Por que não mais PT?, 2005. Disponível em: <<http://psol50.org.br/site/artigos-e-entrevistas/175/por-que-nao-mais-pt>>.
- ARTIGOS E ENTREVISTAS. Sem disputa não há democracia, 2005. Disponível em: <<http://psol50.org.br/site/artigos-e-entrevistas/167/sem-disputa-nao-ha-democracia>>.
- ARTIGOS E ENTREVISTAS. Entrevista: O país vive o terceiro tempo de Fernando Henrique, 2004. Disponível em: <<http://psol50.org.br/site/artigos-e-entrevistas/67/entrevista-o-pais-vive-o-terceiro-tempo-de-fernando-henrique>>.
- BAIXADA SANTISTA. Os dilemas da esquerda ante o chavismo sem Chaves. Disponível em: <<http://pstusantos.blogspot.com.br/2013/03/os-dilemas-da-esquerda-ante-o-chavismo.html>>.
- BIANCHI, A.; BRAGA, R. A financeirização da burocracia sindical no Brasil, 2012. Disponível em: <<http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=477>>.
- BORGES NETO, João Machado. Sobre o PSOL. Disponível em: <<http://enlacepsol.wordpress.com/2011/07/21/sobre-o-psol/>>.
- CACAU, Sebastião Carlos. Teses: Unir o movimento popular da cidade e do campo com o movimento operário, 2010. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/8658>>.
- CACAU, Sebastião Carlos. Reunião da Conlutas vai debater funcionamento de nova entidade. 2010. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/8732>>.
- CANARY, Henrique. O que Frente Popular, 2010. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/8883>>.
- FONTANA, Mariúcha. Para entender a reforma da Previdência Social, 2003. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/3592>>.
- FREIRE, André. Um passo a frente na construção de uma alternativa de direção, 2010. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/8627>>.
- LIBERDADE, SOCIALISMO E REVOLUÇÃO. II Congresso do PSOL: Faltaram as respostas que os trabalhadores precisam. 2009. Disponível em: <<http://www.lsr-cit.org/psol/congresso/551-ii-congresso-do-psol-faltaram-as-respostas-que-os-trabalhadores-precisam>>.
- LIBERDADE, SOCIALISMO E REVOLUÇÃO. II Congresso do PSOL: Faltaram as respostas que os trabalhadores precisam. 2009. Disponível em: <<http://www.lsr-cit.org/psol/congresso/551-ii-congresso-do-psol-faltaram-as-respostas-que-os-trabalhadores-precisam>>.

cit.org/psol/congresso/551-ii-congresso-do-psol-faltaram-as-respostas-que-os-trabalhadores-precisam>.

LISBOA, Camila. Teses: Juntos para lutar contra o capitalismo, 2010. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/8659>>.

NETO, Eduardo Almeida. Uma polêmica com o Fortalecer a CUT, 2004. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/4229>>.

NETO, Eduardo Almeida. Os governos de frente popular na história, 2006. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/6636>>.

NETO, Eduardo Almeida. Pode haver uma revolução no Brasil? 2005. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/5753>>.

NOTAS. Resoluções completas aprovadas no 2º Congresso Nacional do PSOL. 2010. Disponível em: <<http://psol50sp.org.br/blog/2009/09/01/resolucoes-completas-aprovadas-no-2%c2%ba-congresso-nacional-do-psol/>>.

OPINIÃO SOCIALISTA. Proposta do PT leva à privatização, 2003. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/3480>>.

OPINIÃO SOCIALISTA. Os Pilares da Proposta de Reforma da Previdência do Governo Lula, 2003. Disponível em: <www.pstu.org.br/node/3488>.

OPINIÃO SOCIALISTA. Continuidade política da economia de FHC, não! 2003. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/3568>>.

OPINIÃO SOCIALISTA. As perspectivas do governo Lula e os desafios da classe trabalhadora e da esquerda, 2003. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/3437>>.

REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO. Esquerda socialista e democrática: movimento por um novo partido. Nº 33, fev. 2004. Mensal. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/033/33mov_social.htm>.

SINDICATO ANDES NACIONAL. Análise do projeto de lei nº 7200/2006, a educação superior em perigo! Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/analise_PL7200_06.pdf>.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS. Manifesto do MTL sobre a ruptura com a CONLUTAS, 2008. Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/site/noticias/718/manifesto-do-mtl-sobre-a-ruptura-com-a-conlutas>>.

ENTREVISTAS

José Maria de Almeida – Presidente do PSTU, membro da direção nacional da CSP-Conlutas e da Comissão Pró-Central, entrevistas realizadas em 26.02.2012 e 12.03.2013.

Índio – dirigente do Sindicato do Bancários de São Paulo, membro da Corrente Enlace do PSOL e da Comissão Pró-Central, entrevista realizada em 16.08.12

Carolina Figueiredo – Membro do Diretório Municipal do PSOL Campinas, entrevista realizada em 22.01.2013.

Lujan Miranda – Membro da Coordenação Nacional da Intersindical, militante da Corrente Ação Popular Socialista e da Coordenação Pró-Central, entrevista realizada em 06.12.2013.

Camila Lisboa – Membro do Movimento Mulheres em Luta da Conlutas e da Comissão Pró-Central, entrevista realizada em 28.11.2013.